PREFEITURA DE SÃO PAULO
CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

TERMO DE CONTRATO Nº 141/SMC-G/2025-A
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 6025.2025/0022748-0
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90013/2024 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 00200/2024
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO / SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA
CONTRATADA: XLAN LTDA
OBJETO: Aquisição de switches de rede, por intermédio de adesão a ata de registro de preços n.º 00200/2024, da Universidade Federal da Bahia - UFBA, destinados a atender às necessidades administrativas da SMC
VALOR TOTAL: R$ 37.948,86 (Trinta e Sete Mil e Novecentos e Quarenta e Oito Reais e Oitenta e Seis Centavos)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 25.10.13.126.3011.2.818.4.4.90.52.00.00.1.500.9001.0
NOTA DE EMPENHO: 141709/2025

O Município de São Paulo, por intermédio de sua **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA**, sediada na Rua Libero Badaró nº 346 – Centro - São Paulo/SP - CEP: 01008-905, inscrita no CNPJ nº 49.269.244/0001-63 neste ato representada por Senhor Chefe de Gabinete, Senhor **ROGÉRIO CUSTÓDIO DE OLIVEIRA**, nos termos da competência delegada pela Portaria nº 140/SMC-G/2023, adiante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa **XLAN LTDA**, com sede Rua Vereador Arthur Manoel Mariano, 362, Sala 402, Forquilhinha, São Jose, SC, Cep 88.106-500, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob nº 44.818.547/0001-74, neste ato representada por seu representante legal **LUIZ APOLINARIO CUSTODIO JUNIOR** inscrito no CPF 029.241.519-29 e RG 3.591.457/SSP-SC adiante designada **CONTRATADA**, nos termos da autorização contida no despacho nº 145202116, do processo citado na epígrafe, têm entre si, justo e acordado o presente contrato, na conformidade das condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO DO CONTRATO

1.1. O objeto do presente instrumento é a a aquisição de switches de rede, por intermédio de adesão a ata de registro de preços n.º 00200/2024, da Universidade Federal da Bahia - UFBA, destinados a atender às necessidades administrativas da Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item da Ata	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UN	VALOR TOTAL
23	Switch de acesso GERENCIÁVEL 24 PORTAS Marca INTELBRAS Modelo S2328G-B	Unidade	18	R$ 2.108,27	R$ 37.948,86

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;
1.3.2. O Edital da Licitação;
1.3.3. A Proposta do contratado;
1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA
VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele fixado no Edital, de acordo com o tempo de garantia do equipamento, 12 meses, contados da entrega dos equipamentos, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2.1.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.1.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.1.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.1.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA
MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. Os materiais deverão ser entregues no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir do recebimento, pela empresa contratada, da Ordem de Início emitida pela Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa (SMC), da Nota de Empenho ou da assinatura do instrumento contratual.

CLÁUSULA QUARTA
SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA
PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R$ R$ 37.948,86 (Trinta e Sete Mil e Novecentos e Quarenta e Oito

Reais e Oitenta e Seis Centavos)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA
PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA
REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 07/10/2025 da data da autorização da adesão e apresentação da proposta pela empresa a SMC (SEI 143888085).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do Índice de Custos utilizado pelo Contratante, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA
OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante, além das previstas no termo de referência:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.9. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.

8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA
OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, além das previstas no termo de referência:

9.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

9.1.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
4) Certidão de Regularidade do FGTS CRF; e
5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.1.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA
OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de

guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.5. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.6. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.7. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.8. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.9. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.9.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.10. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.11. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11.1.1. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
ii. Impedimento de licitar e contratar;
iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como as alíneas "b", "c" e "d" que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;
iv. Multa:
1. Pelo atraso injustificado na entrega dos equipamentos, a licitante contratada incorrerá em multa Moratória de 1% (um por cento) por dia sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias; para atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias, multa de 0,5% (cinco décimos por cento) calculado sobre o valor global do contrato, até o limite de 10% (dez por cento) do valor contratado.
2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 15% do valor do Contrato;
3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de 10% do valor do Contrato;
4. Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de 13% do valor do Contrato;
5. Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de 12% do valor do Contrato.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da

comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

13.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA
TERCEIRA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade: 25.00. 25.10
II. Fonte de Recursos: 00.1.500.9001
III. Programa de Trabalho: 25.10.13.126.3011.2818
IV. Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00
V. Nota de Empenho: 141709/2025

CLÁUSULA DÉCIMA
QUARTA DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA
QUINTA ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA
PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Diário Oficial da Cidade de São Paulo e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA
FORO

18.1. Fica eleito o foro desta Comarca para todo e qualquer procedimento judicial oriundo deste Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha a ser.

São Paulo, 14 de novembro de 2025.

ROGERIO CUSTODIO DE OLIVEIRA:16425836857

Assinado de forma digital por ROGERIO CUSTODIO DE OLIVEIRA:16425836857
Dados: 2025.11.25 17:14:30 -03'00'

ROGERIO CUSTODIO DE OLIVEIRA
Chefe de Gabinete
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

LUIZ APOLINARIO CUSTODIO JUNIOR:02924151929

Assinado de forma digital por LUIZ APOLINARIO CUSTODIO JUNIOR:02924151929
Dados: 2025.11.19 10:29:11 -03'00'

LUIZ APOLINARIO CUSTODIO JUNIOR
Sócio
XLAN LTDA

TESTEMUNHAS:

gov.br Documento assinado digitalmente
LURDES RODRIGUES DO NASCIMENTO PRIMO
Data: 25/11/2025 16:04:45-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

gov.br Documento assinado digitalmente
ISIS GLAUCIA DOS SANTOS
Data: 26/11/2025 12:12:20-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Termo de Referência 99/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
99/2024	153038-UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA-UF/BA	ROBERTO CARLOS MENDES GUIMARAES	19/11/2024 09:28 (v 27.0)

Status

CONCLUIDO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Bens de TIC		23066.022257/2024-39

1. Definição do objeto

1.1. Aquisição de Microcomputadores, Tablets e Ativos de Rede, para atender às necessidades da Universidade Federal da Bahia - UFBA e demais órgãos participantes, nos termos das tabelas abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Tabela 1: Lista de itens e valores de referência

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	CATMAT / SIPAC	UNIDADE DE MEDIDA	QTD TOTAL	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	**ACCESS POINT - EQUIPAMENTO WIRELESS** Especificações técnicas contidas no Adendo, parte do Termo de Referência.	484745/ 5237000000008	Unidade	184	R$ 4.880,00	R$ 897.920,00
2	**ACCESS POINT - EQUIPAMENTO WIRELESS - 25% ME / EPP** Especificações técnicas contidas no Adendo, parte do Termo de Referência.	484745/ 5237000000013	Unidade	16	R$ 4.880,00	R$ 78.080,00

3	**CABO REDE COMPUTADOR (DAC-QSFP-40G)** Especificações técnicas contidas no Adendo, parte do Termo de Referência.	482232/ 3017000001332	Unidade	5	R$ 333,00	R$ 1.665,00
4	**FITA DE LIMPEZA DRIVE - LTO** Especificações técnicas contidas no Adendo, parte do Termo de Referência.	480312/ 3017000001286	Unidade	20	R$ 487,96	R$ 9.759,20
5	**FITA GRAVAÇÃO DADOS LTO 8** Especificações técnicas contidas no Adendo, parte do Termo de Referência.	486071/ 3017000001282	Unidade	100	R$ 502,44	R$ 50.244,00
6	**MICROCOMPUTADOR ALL IN ONE, IMAC, TELA: 24 POL** Especificações técnicas contidas no Adendo, parte do Termo de Referência.	481547/ 5241000000015	Unidade	41	R$ 20.752,04	R$ 850.833,64
7	**MICROCOMPUTADOR ALL IN ONE, IMAC, TELA: 24 POL - 25% ME /EPP** Especificações técnicas contidas no Adendo, parte do Termo de Referência.	481547/ 5241000000021	Unidade	2	R$ 20.752,04	R$ 41.504,08
8	**MICROCOMPUTADOR DESKTOP AVANÇADO COM SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS - 25% ME/EPP**	471901/	Unidade	9		R$ 77.607,09

	Especificações técnicas contidas no Adendo, parte do Termo de Referência.	5241000000001			R$ 8.623,01	
9	**MICROCOMPUTADOR DESKTOP AVANÇADO COM SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS** Especificações técnicas contidas no Adendo, parte do Termo de Referência.	471901 / 5241000000002	Unidade	450	R$ 8.623,01	R$ 3.880.354,50
10	**MICROCOMPUTADOR DESKTOP BÁSICO COM SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS** Especificações técnicas contidas no Adendo, parte do Termo de Referência.	469791/ 5241000000003	Unidade	1340	R$ 5.531,79	R$ 7.412.598,60
11	**MICROCOMPUTADOR DESKTOP BÁSICO COM SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS - 25% ME/EPP** Especificações técnicas contidas no Adendo, parte do Termo de Referência.	469791/ 5241000000004	Unidade	14	R$ 5.531,79	R$ 77.445,06
12	**MICROCOMPUTADOR LAPTOP AVANÇADO COM SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS - 25% ME/EPP** Especificações técnicas contidas no Adendo, parte do Termo de Referência.	471839/ 5241000000008	Unidade	12	R$ 6.227,12	R$ 74.725,44

13	**MICROCOMPUTADOR LAPTOP AVANÇADO COM SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS** Especificações técnicas contidas no Adendo, parte do Termo de Referência.	471839/ 5241000000019	Unidade	131	R$ 6.227,12	R$ 815.752,72
14	**MICROCOMPUTADOR LAPTOP BÁSICO COM SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS** Especificações técnicas contidas no Adendo, parte do Termo de Referência.	451903/ 5241000000013	Unidade	234	R$ 4.799,93	R$ 1.123.183,62
15	**MICROCOMPUTADOR LAPTOP BÁSICO COM SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS - 25% ME/EPP** Especificações técnicas contidas no Adendo, parte do Termo de Referência.	451903/ 5241000000009	Unidade	16	R$ 4.799,93	R$ 76.798,88
16	**MICROCOMPUTADOR LAPTOP MAC BOOK PRO 14** Especificações técnicas contidas no Adendo, parte do Termo de Referência.	481546/ 5241000000047	Unidade	52	R$ 18.801,09	R$ 977.656,68
17	**MICROCOMPUTADOR LAPTOP MAC BOOK PRO 14 - 25% ME/EPP** Especificações técnicas contidas no Adendo, parte do Termo de Referência.	481546/ 5241000000048	Unidade	4	R$ 18.801,09	R$ 75.204,36

18	**MICROCOMPUTADOR WORKSTATION** Especificações técnicas contidas no Adendo, parte do Termo de Referência.	604546/ 5241000000033	Unidade	30	R$ 17.713,20	R$ 531.396,00
19	**MICROCOMPUTADOR WORKSTATION - 25% ME/EPP** Especificações técnicas contidas no Adendo, parte do Termo de Referência.	604546/ 5241000000049	Unidade	1	R$ 17.713,20	R$ 17.713,20
20	**MONITOR DE COMPUTADOR, 23 POL, TOUCH SCREEN 4K** Especificações técnicas contidas no Adendo, parte do Termo de Referência.	604052/ 5241000000046	Unidade	6	R$ 2.580,54	R$ 15.483,24
21	**MONITOR PARA COMPUTADOR, 26, ULTRAWIDE FULL HD** Especificações técnicas contidas no Adendo, parte do Termo de Referência.	478639/ 5241000000039	Unidade	23	R$ 1.011,16	R$ 23.256,68
22	**ROTEADOR LP** Especificações técnicas contidas no Adendo, parte do Termo de Referência.	473387/ 5241000000017	Unidade	2	R$ 8.064,04	R$ 16.128,08
23	**SWITCH DE ACESSO - 24 PORTAS GERENCIÁVEL**	484074/ 5241000000615	Unidade	176	R$ 3.035,24	R$ 534.202,24

	Especificações técnicas contidas no Adendo, parte do Termo de Referência.					
24	**SWITCH DE ACESSO - 24 PORTAS GERENCIÁVEL – 25% ME /EPP** Especificações técnicas contidas no Adendo, parte do Termo de Referência.	484074/ 5241000000296	Unidade	26	R$ 3.035,24	R$ 78.916,24
25	**TABLET 10 A 11** Especificações técnicas contidas no Adendo, parte do Termo de Referência.	478996/ 5241000000032	Unidade	355	R$ 1.660,58	R$ 589.505,90
26	**TABLET 10 A 11 - 25% ME/EPP** Especificações técnicas contidas no Adendo, parte do Termo de Referência.	478996/ 5241000000034	Unidade	25	R$ 1.660,58	R$ 41.514,50
27	**TRANSCEIVER ÓTICO TIPO 2 (SFP+ 10GE-LR)** Especificações técnicas contidas no Adendo, parte do Termo de Referência.	366336/ 5237000000004	Unidade	106	R$ 221,33	R$ 23.460,98
					VALOR TOTAL ESTIMADO	**R$ 18.392.909,93**

Tabela 2: Quantitativos do Órgão gerenciador e órgãos participantes deste registro de preços:

ITEM	QTD TOTAL - UNIVERSIDADE	QTD TOTAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA -	QTD TOTAL - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	QTD TOTAL - INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA - IFBA-	QTD TOTAL - INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA - IFBA-

	FEDERAL DA BAHIA - UFBA (UASG: 153038)	UFSB (UASG: 158720)	BAIANO - IFBAIANO (UASG: 158129)	Campus CAMAÇARI (UASG: 158403)	Campus JACOBINA (UASG: 158592)
1	84	80	-	20	-
2	16	-	-	-	-
3	5	-	-	-	-
4	20	-	-	-	-
5	100	-	-	-	-
6	6	35	-	-	-
7	2	-	-	-	-
8	9	-	-	-	-
9	200	240	10	-	-
10	1180	-	30	100	30
11	14	-	-	-	-
12	12	-	-	-	-
13	131	-	-	-	-
14	202	-	10	20	2
15	16	-	-	-	-
16	12	40	-	-	-
17	4	-	-	-	-
18	5	25	-	-	-

19	1	-	-	-	-
20	6	-	-	-	-
21	23	-	-	-	-
22	2	-	-	-	-
23	74	90	-	10	2
24	26	-	-	-	-
25	75	280	-	-	-
26	25	-	-	-	-
27	6	100	-	-	-

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. Os itens 03, 04, 05, 20, 21, 22 e 27 são de participação exclusiva de Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte (ME e EPP) e os itens 02, 07, 08, 11, 12, 15, 17, 19, 24 e 26 são para cota reservada de até 25%, conforme dispõe o art. 48, inciso I e III, da LC nº 123/2006, respectivamente. Os demais itens 01, 06, 09, 10, 13, 14, 16, 18, 23 e 25 são destinados à ampla participação.

1.5. O prazo de vigência da ata de registro de preços para os itens será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso, na forma do artigo 22 do Decreto nº 11.462/2023.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual *2024*, conforme detalhamento a seguir:

COMPUTADORES

I) ID PCA no PNCP: 15180714000104-0-000001/2024

II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2023

III) Id do item no PCA: 117

IV) Classe/Grupo: 7070 - COMPUTADORES

V) Identificador da Futura Contratação: 153038-90215/2023

EQUIPAMENTOS DE REDE DE TIC - LOCAL E REMOTA

I) ID PCA no PNCP: 15180714000104-0-000001/2024

II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2023

III) Id do item no PCA: 119

IV) Classe/Grupo: 7050 - EQUIPAMENTOS DE REDE DE TIC - LOCAL E REMOTA

V) Identificador da Futura Contratação: 153038-90214/2023

EQUIPAMENTOS DE ARMAZENAMENTO DE DADOS

I) ID PCA no PNCP: 15180714000104-0-000001/2024

II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2023

III) Id do item no PCA: 122

IV) Classe/Grupo: 7030 - EQUIPAMENTOS DE ARMAZENAMENTO DE DADOS

V) Identificador da Futura Contratação: 153038-90219/2023

3. Descrição da solução

3.1. *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

3.2. Essa exigência decorre do art. 6º, XXIII, "c" da Lei Federal nº 14.133, de 2021. A melhor solução consiste na aquisição de equipamentos para atender às necessidades das diferentes unidades da Universidade Federal da Bahia e demais órgãos participantes, tanto para a área administrativa, quanto para a área acadêmica e de pesquisa, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

> 4.1.1. A contratação deverá atender a critérios de sustentabilidade ambiental que a legislação determinar, a exemplo da IN nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da SLTI/MPOG, no que couber, ou prover alternativas para verificação de sua aplicabilidade.
>
> 4.1.2. Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos, incluindo práticas de logística reversa, conforme o caso.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares.

Da exigência de amostra

4.3. A licitante classificada e habilitada provisoriamente em primeiro lugar deve preencher os preços do(s) modelo(s) de proposta de preços ANEXO D - MODELO DE PROPOSTA do(s) item(ns) em que for vencedor, conforme lances.
4.4. A licitante classificada e habilitada provisoriamente em primeiro lugar poderá, a critério da UFBA, ser convocada para realização dos procedimentos de avaliação de amostras, que deverão ser entregues num prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, em Salvador/BA, nas dependências da Superintendência de Tecnologia da Informação, visando aferir o atendimento aos requisitos de desempenho da solução tecnológica.
4.5. Caso o Relatório Final de Avaliação indique a não-conformidade da solução tecnológica ajustada às especificações exigidas, a licitante não será habilitada.
4.6. No caso de desclassificação da licitante, será convocada a próxima licitante classificada para envio da proposta de preços, para realização dos procedimentos de avaliação de amostras, e assim sucessivamente, até que uma licitante cumpra os requisitos e funcionalidades especificadas e seja declarada vencedora.

4.7. *É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.*

4.8. *No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.*

4.9. *Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.*

4.10. *Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.*

4.11. *Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 05 (cinco) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.*

4.12. *Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.*

Subcontratação

4.13. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.14. Não poderão participar desta licitação entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio e sociedades cooperativas.

Garantia da contratação

4.15. Não haverá exigência da garantia da contratação, pois o pagamento será realizado após a entrega e aprovação do material.

Requisitos Legais

4.16. Lei n° 14.133, de 1 de abril de 2021, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;
4.17. Lei n° 8.248, de 23 de outubro de 1991, que dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação;
4.18. Decreto nº 7.010, de 16 de novembro de 2009, dispõe sobre capacitação e competitividade do setor de tecnologia da informação;
4.19. Decreto n° 7.174, de 12 de maio de 2010, que regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela Administração Pública Federal;
4.20. Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação;
4.21. Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal;
4.22. Instrução Normativa Nº 65, de 07 de Julho de 2021, do Ministério da Economia, dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
4.23. Instrução Normativa SGD/MGI nº 6, de 29 de março de 2023, que regulamenta os requisitos e procedimentos para

aprovação de contratações ou de formação de atas de registro de preços, a serem efetuados por órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo federal, relativos a bens e serviços de tecnologia da informação e comunicação - TIC.

Requisitos de Implantação

4.24. Não se aplica para o objeto da presente contratação.

Requisitos de Garantia e Manutenção

4.25. Os requisitos de Garantia e Manutenção estão especificados para cada item nos Adendos deste Termo de Referência;
4.26. A abertura de chamados de suporte não poderá ser limitada.

Requisitos de Experiência Profissional

4.27. Não se aplica para o objeto da presente contratação.

Requisitos de Formação da Equipe

4.28. Não se aplica para o objeto da presente contratação.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.29. Não se aplica para o objeto da presente contratação.

Requisitos de Segurança da Informação

4.30. A CONTRATADA deverá manter o mais rigoroso sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações que venham a ser fornecidos ou que venha a ter acesso em razão da execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los, reproduzi-los ou deles dar conhecimento a quaisquer terceiros.

Responsabilidade

4.31 Deveres e responsabilidades da CONTRATANTE

4.31.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua PROPOSTA;
4.31.2 Nomear GESTOR e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do CONTRATO para exercer o acompanhamento e fiscalização da execução contratual e mantendo, inclusive, o registro histórico devidamente documentado, conforme o disposto inc. XIV do art. 33 da IN-94/2022/SGD;
4.31.3 Encaminhar formalmente as demandas, preferencialmente por meio de ORDENS DE SERVIÇO, de acordo com os critérios estabelecidos nesse TERMO DE REFERÊNCIA, observando-se o disposto no art. 32 da IN-94/2022/SGD;
4.31.4 Receber o objeto/serviço fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a PROPOSTA aceita, conforme inspeções realizadas, observando o disposto no art. 33 da IN-94/2022/SGD, verificando minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
4.31.5 Pagar à CONTRATADA o valor resultante da entrega do(s) bem(ns) adquiridos e recebidos, no prazo e condições estabelecidas no EDITAL e seus anexos;
4.31.6 Comunicar à CONTRATADA por escrito (ou por meio eletrônico hábil), fixando prazo para a sua correção, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
4.31.7 Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, de acordo com o devido processo administrativo e garantidos os direitos de contraditório e ampla defesa;
4.31.8 Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação;
4.31.9 Realizar, no momento da licitação e sempre que possível, diligências e/ou PROVA DE CONCEITO (avaliação de amostras) com o LICITANTE classificado provisoriamente em primeiro lugar, para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas, exigindo, no caso do fornecimento de bens, a descrição em sua proposta da marca e modelo dos bens ofertados;
4.31.10 Garantir que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da Solução de Tecnologia da Informação sobre os diversos artefatos e produtos produzidos ao longo do CONTRATO, incluindo as bases de dados, pertençam à ADMINISTRAÇÃO, justificando os casos em que isso não ocorrer
4.31.11 Não transferir à CONTRATADA a responsabilidade para realização de atos administrativos ou a tomada de decisão.

4.32 Deveres e responsabilidades da CONTRATADA

Além de garantir a fiel execução dos serviços contratados de acordo com os termos contratuais, são responsabilidades da CONTRATADA:
4.32.1 Executar o OBJETO conforme as especificações deste TERMO DE REFERÊNCIA e de sua PROPOSTA, efetuando a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local contratados, acompanhado da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is), na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de
garantia ou validade;
4.32.2 Entregar, nos locais determinados pelo CONTRATANTE na Ordem de Fornecimento de Bens, os equipamentos objeto da presente contratação, às suas expensas, dentro do prazo de entrega estabelecido;
4.32.3 Caso os bens oferecidos tenham sido importados, a Contratada deverá comprovar, no momento da entrega, sua origem e a quitação dos tributos de importação a eles referentes, sob pena de não serem aceitos e incidirem as penalidades contratuais previstas;
4.32.4 Cumprir a GARANTIA e prestar assistência técnica para os equipamentos, na forma e nos prazos estabelecidos, assegurando a reposição de peças e prestando os serviços durante o período de garantia no local onde estiver instalado o equipamento durante o período da garantia;
4.32.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), incluindo a obrigação de substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado, o objeto com avarias ou defeitos ou que não atenda às especificações exigidas;
4.32.6 Apresentar seus empregados diretamente envolvidos na prestação dos serviços junto ao CONTRATANTE devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, quando for o caso;
4.32.7 Apresentar ao CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão ao ambiente físico deste para a execução do(s) serviço(s) – instruindo-os quanto à necessidade de acatar as normas internas vigentes;
4.32.8 Arcar com todos os custos administrativos de sua responsabilidade relacionados ao OBJETO e à execução do CONTRATO, responsabilizando-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao CONTRATANTE;
4.32.9 Indicar e manter PREPOSTO apto a representá-la junto ao CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do CONTRATO, de acordo com os requisitos definidos;
4.32.10 Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do GESTOR DO CONTRATO, inerentes à execução do objeto contratual;
4.32.11 Informar prontamente ao CONTRATANTE sobre fatos e/ou situações relacionadas à prestação dos serviços contratados que representem risco ao êxito da contratação ou o cumprimento de prazos exigidos, além de responsabilizar-se pelo conteúdo e veracidade das informações prestadas - sob pena de incorrer em situações de dolo ou omissão;
4.32.12 Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;
4.32.13 Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização da Solução de Tecnologia da Informação pelo CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
4.32.14 Manter, durante toda a execução do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação – assim como deve zelar pelo cumprimento de suas obrigações legais, fiscais e trabalhistas;
4.32.15 Fornecer, sempre que solicitado, amostra para realização de Prova de Conceito para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas;
4.32.16 Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da Solução de Tecnologia da Informação sobre os diversos artefatos e produtos produzidos ao longo do CONTRATO, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados ao CONTRATANTE, nos termos da legislação vigente;
4.32.17 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem no objeto contratual, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor total;
4.32.18 Zelar pelo cumprimento de leis e normas relativas à segurança e medicina do trabalho durante a execução de quaisquer serviços de sua responsabilidade nas instalações do CONTRATANTE. Assim como cumprir as normas do CONTRATANTE aplicáveis em suas instalações funcionais, inclusive regras de acesso e controles de segurança; e
4.32.19 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
4.32.20 É permitida a oferta de equipamentos comprovadamente superiores ao modelo contratado, nas mesmas condições de preço, fornecimento e garantia, no caso de indisponibilidade do originalmente proposto na Ata de Registro de Preços, devendo este estar em linha de comercialização normal pelo fabricante.
4.32.21 Sempre que houver descontinuidade ou alteração nos modelos propostos, a CONTRATADA deverá comunicá-las, mantendo o Órgão Gerenciador da Ata e a CONTRATANTE informados. Os novos modelos de equipamentos deverão ser submetidos à teste de conformidade pelo Órgão Gerenciador e, caso aprovado, será o modelo a ser entregue para as contratações futuras provenientes da Ata de Registro de Preços vigente.

4.32.22 A CONTRATADA é responsável, ainda, por aprovar a conexão ou instalação nos equipamentos, de produtos de hardware, externos ou internos, e/ou de software de outros fornecedores ou fabricantes, desde que tal iniciativa não implique danos físicos ao equipamento e não constitua perda vigência da GARANTIA prevista no presente TERMO DE REFERÊNCIA, procedimento este que deverá ser acompanhado pelo fabricante ou seu representante para reposição de lacres, quando for o caso;
4.32.23 Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
4.32.24 Em relação à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, compete aos FORNECEDORES REGISTRADOS:
a) Aceitar os termos e condições da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com a legislação vigente e com o instrumento pactuado no TERMO DE REFERÊNCIA;
b) Manter, durante a vigência da ATA DE REGISTRO DE PREÇO, as condições de habilitação exigidas no EDITAL; e
c) Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS sem a expressa concordância do ÓRGÃO GERENCIADOR.

4.33 Deveres e responsabilidades do órgão gerenciador da ata de registro de preços

4.33.1 Efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;
4.33.2 Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;
4.33.3 Definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:
a) as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e
b) definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável.
4.33.4 Definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:
a) a definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;
b) as regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pela contratada; e
c) as regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a realização de Prova de Conceito, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica.

4.34 Medidas Acauteladoras

4.34.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

4.35 Da Justificativa para não participação de empresas que estejam reunidas em consórcio

4.35.1. Não poderão participar do Pregão as empresas que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, quaisquer que sejam sua forma de constituição;

4.35.2. Tal vedação deve-se pelo fato de que o objeto não apresenta alta complexidade técnica que impossibilite a participação de empresas de forma individual, nem tampouco de grande vulto, não sendo necessária a junção de empresas para sua perfeita execução, ampliando sobremodo a competitividade do certame.

4.36 Outros Requisitos Aplicáveis

4.36.1. A presente seção destaca aqueles requisitos que devem ser considerados ao longo do planejamento da contratação, para se assegurar o alcance dos objetivos pretendidos com a aquisição, conforme a seguir:
a) Aderência às políticas de segurança da UFBA;
b) Garantia de atualização das versões e corretivos, tendo como finalidade a padronização, garantindo a continuidade dos serviços finalísticos da UFBA;
c) A solução deverá ser compatível com as demandas previstas no PAC e PDTI;
d) A solução deverá estar alinhada, na medida do possível, com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei Nº 13.709, de 14 de agosto de 2018). Em especial, aos princípios de segurança (Art. 6º, inciso VII) e prevenção (Art. 6º, inciso VIII).

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

5.1. Recebimento dos bens
5.1.1 Os bens serão recebidos:
a) Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.
b) Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 05 (cinco) dias do recebimento provisório.
5.1.2 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
5.1.3 Caso não atenda as especificações, a empresa será penalizada, pelo não cumprimento do estabelecido no Edital, bem como estará sujeita as ações penais cabíveis.
5.1.4 O recebimento de material de valor superior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

5.2.1 O fornecimento será efetuado conforme a necessidade do órgão, com prazo de entrega não superior a 60 (sessenta) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou da assinatura do instrumento de contrato, se for o caso;
5.2.2 Para as demandas da Universidade Federal da Bahia - UFBA, os bens deverão ser entregues nos Campi da UFBA se Salvador, Camaçari e Vitória da Conquista, de segunda a sexta, no horário das 08 horas às 17 horas:

- Coordenação de Material e Patrimônio - CMP:

  Campus: Salvador - Campus Ondina
  Endereço: Rua Barão de Jeremoabo, S/N, Ondina, Salvador / BA - CEP: 40170-115
  Telefone : (71) 3283-6087 / 6085
  E-mail: cmp.proad@ufba.br

- Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação - ICTI:

  Campus: Camaçari
  Endereço: Rua do Telegráfo, S/N, Centro, Camaçari / BA - CEP: 42809-000
  Telefone : (71) 3644-9846

- Instituto Multidisciplinar em Saúde – IMS CAT-UFBA:

  Campus: Vitória da Conquista
  Endereço: Rua Rio de Contas, 58, Quadra 17, Lote 58, Candeias, Vitória da Conquista / BA - CEP: 45029.094
  Telefone : (77) 3429-2700 / 2710 / 2712

5.2.3 Para as demandas da Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB, os bens deverão ser entregues em um dos seguintes endereços, conforme as solicitações, e em horário comercial (das 8 às 17 horas):

- Reitoria:

  Praça José Bastos, S/N, Centro, Itabuna / BA - CEP 45.600-923
  Telefone: (73) 2103-8400 / 8402 / 8403

- Campus Jorge Amado:

  Rodovia Ilhéus/Itabuna - KM 22, Ilhéus BA, Campus Jorge Amado - Itabuna / BA
  Telefone: (73) 2103-8481

- Campus Sosígenes Costa:

  BR 367, km 10, Nº S/N - Rodovia Porto Seguro/Eunápolis - Porto Seguro / BA
  Telefone: (73) 2103-8539

- Campus Paulo Freire:

  Praça Joana Angélica, Nº 250 - São José - Teixeira de Freitas / BA
  Telefone: (73) 2103-8352

5.2.4 Para as demandas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - IFBAIANO, os bens deverão ser entregues no seguinte endereço, conforme as solicitações, e em horário comercial (das 8 às 17 horas):

- IFBAIANO:

  Rua do Rouxinol, nº 115, Imbuí, Salvador / BA - CEP: 41720-052
  Telefone: (73) 2103-8400 / 8402 / 8403

5.2.5 Para as demandas do Instituto Federal da Bahia - IFBA - Campus CAMAÇARI, os bens deverão ser entregues no seguinte endereço, conforme as solicitações, e em horário comercial (das 8 às 17 horas):

- Campus CAMAÇARI:

  Avenida Jorge Amado, S/N, Parque Nascente do Rio Capivara, Camaçari / BA - CEP: 42801-245
  Telefone: DAP - (71) 3649-8612 / COAQUI - (71) 3649-8625 / 8610

  E-mail: depadcamacari@ifba.edu.br / coaqui.cam@ifba.edu.br

5.2.6 Para as demandas do Instituto Federal da Bahia - IFBA - Campus JACOBINA, os bens deverão ser entregues no seguinte endereço, conforme as solicitações, e em horário comercial (das 8 às 17 horas):

- Campus JACOBINA:

  Av. Centenário, 500 - Nazaré, Jacobina / BA, 44700-000

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.3. Os requisitos de Garantia e Manutenção e assistência técnica estão especificados para cada item nos Adendos deste Termo de Referência*;*
5.4. A abertura de chamados de suporte não poderá ser limitada.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

6.5.1 O representante legal da contratada deverá entregar o Termo de Compromisso (ADENDO 02) e o Termo de Ciência (ADENDO 03), contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes da instituição;

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.9. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Das Infrações e das Sanções Administrativas

6.17. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.18. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iv. **Multa:**

Pelo atraso injustificado na entrega dos equipamentos, a licitante contratada incorrerá em multa Moratória de 1% (um por cento) por dia sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias; para atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias, multa de 0,5% (cinco décimos por cento) calculado sobre o valor global do contrato, até o limite de 10% (dez por cento) do valor contratado;

Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 6.17, de 15% do valor do Contrato;

Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 6.17, de 10 % do valor do Contrato;

Para infração descrita na alínea “b” do subitem 6.17, a multa será de 13% do valor do Contrato;

Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 6.17, a multa será de 12% do valor do Contrato;

Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 6.17, a multa será de 10% do valor do Contrato.

6.19. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
6.20. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
6.21. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
6.22. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
6.23. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
6.24. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
6.25. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.26 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados

conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
6.27. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
6.28. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
6.29. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
6.30. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

> 7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Custo da Tecnologia da Informação (*ICTI*), de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.33. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.33.1. *As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.*

7.34. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.35. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.36. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

7.37. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física**: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa**: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. **Agricultor familiar**: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.13. **Produtor Rural**: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.15 Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *[Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital]* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.21. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.24. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.25. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.26. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.26.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.26.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.26.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.26.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.27. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor total estimado da parcela pertinente.

8.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.29. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor*.

Qualificação Técnica

8.30. Para efeito de qualificação técnica, a LICITANTE deve demonstrar sua aptidão e capacidade técnico operacional para a execução do OBJETO mediante comprovação de prestação bem sucedida de serviços em características e quantidades compatíveis com a presente licitação, mediante apresentação de um ou mais ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA que deverão comprovar o fornecimento de, no mínimo, 10% (dez por cento) do volume estimado de equipamentos com características compatíveis com o objeto da presente pretensão contratual, incluindo garantia e assistência técnica, considerando contratos já executados.
8.30.1. A comprovação de capacidade técnica será realizada individualmente para cada item.
8.30.2. Para o objeto a ser contratado, a(s) Licitante(s) deverá(ão) apresentar:
8.30.2.1. atestado(s) que se refiram a contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior devendo ser comprovado por meio do contrato;
8.30.2.2. atestado(s) que se refiram a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.
8.30.3. A licitante deve disponibilizar, quando solicitado, todas as informações necessárias à comprovação de legitimidade do(s) atestado(s) apresentado(s) fornecendo, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços.

8.31. *Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.*

8.31.3. *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.*

8.31.4. *O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.*

8.32. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.32.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.32.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.32.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.32.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.32.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.32.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.32.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.33. Fase de Aceitação da Proposta

8.33.1. Durante a fase de aceitação da proposta e após comunicado formal, feito através do Portal de Compras do Governo Federal, a empresa licitante terá o prazo máximo estipulado pelo pregoeiro, para fornecer os seguintes documentos, sob pena de desclassificação:
i. Proposta de fornecimento, com valor e descrição detalhada do item, incluindo fabricante e modelo. Para os itens 06, 07, 16 e 17 incluir descrição do Part Number;
ii. Entrega da tabela de comprovação devidamente preenchida. A tabela pode ser encontrada no ANEXO C;
iii. Declaração assumindo inteira responsabilidade sobre o cumprimento dos prazos e condições de garantia dos equipamentos estabelecidos neste Termo de Referência;
iv. Deve ser apresentada documentação própria do fabricante como catálogos, manuais, fichas de especificação técnica, informações obtidas em sites oficiais do fabricante através da internet, indicando as respectivas URL (Uniform Resource Locator), que comprovem tecnicamente os itens exigidos na seção técnica deste termo de referência. Não será considerada a simples declaração (timbre) do licitante como comprovação;
v. A documentação apresentada deve ser de domínio público, estar disponível na internet. Deve ser indicado na planilha ANEXO C, para cada documento apresentado, o endereço onde o material pode ser consultado;
vi. Devem ser apresentados documentos que comprovem as certificações para as alíneas onde são expressamente solicitadas, devendo ser de domínio público, estarem disponíveis na internet. Deve ser indicado na planilha ANEXO C, para cada certificação solicitada, o endereço eletrônico onde poderá ser consultada. Não será considerada a simples declaração (timbre) do licitante como comprovação;
vii. Se o item possuir elementos extras como: monitor, mouse, teclado, maleta e etc., estes itens devem estar devidamente comentados na proposta, indicando marca, modelo e quantidade.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R$): 18.392.909,93

9.1. O custo estimado total da contratação é de R$ 18.392.909,93 (dezoito milhões, trezentos e noventa e dois mil, novecentos e nove reais e noventa e três centavos), conforme custos unitários apostos na Tabela 1 do subitem 1.1 e custos estimados totais do Órgão Gerenciador e Órgãos participantes abaixo relacionados:

9.1.1. O custo estimado total da contratação para a Universidade Federal da Bahia - UFBA é de R$ 11.992.588,39 (onze milhões, novecentos e noventa e dois mil, quinhentos e oitenta e oito reais e trinta e nove centavos);

9.1.2. O custo estimado total da contratação para a Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB é de R$ 5.141.384,40 (cinco milhões, cento e quarenta e um mil, trezentos e oitenta e quatro reais e quarenta centavos);

9.1.3. O custo estimado total da contratação para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - IFBAIANO é de R$ 300.183,10 (trezentos mil, cento e oitenta e três reais e dez centavos);

9.1.4. O custo estimado total da contratação para o Instituto Federal da Bahia - IFBA - Campus CAMAÇARI é de R$ 777.130,00 (setecentos e setenta e sete mil e cento e trinta reais);

9.1.5. O custo estimado total da contratação para o Instituto Federal da Bahia - IFBA - Campus JACOBINA é de R$ 181.624,04 (cento e oitenta e um mil, seiscentos e vinte e quatro reais e quatro centavos).

9.2. O custo estimado foi apurado a partir de mapa de preços constante do processo administrativo, elaborado com base em em pesquisas de mercado e mediante consulta ao Painel de Preços.

10. Adequação orçamentária

10.1. Na forma do art. 21 da Instrução Normativa n° 94/2022/SGD/ME, a adequação orçamentária e o cronograma físico-financeiro contêm a estimativa do impacto econômico-financeiro no orçamento do órgão ou entidade, com indicação das fontes de recurso e o cronograma de execução física e financeira, contendo o detalhamento das etapas ou fases da Solução a ser contratada, com os principais serviços ou bens que a compõe, e a previsão de desembolso para cada uma delas.
10.2. Porém, considerando art. 17° do DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, “na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil”.

11. Adendo

ADENDO I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

EQUIPAMENTO WIRELESS

A. RESUMO:

Item	
01	Acess Point - Equipamentos Wireless
02	Acess Point - Equipamentos Wireless - 25% ME/EPP

B. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS GERAIS

* Ponto de Acesso Indoor 2x2:2 AC wave 2 compatível com Controladora Ruckus ZD3025;
1. Fornecimento de Ponto de Acesso à rede sem fio Interno, novo e sem uso anterior. Não serão aceitos equipamentos remanufaturados (refurbished). O modelo ofertado deverá estar em linha de produção, sem previsão de encerramento de fabricação na data de entrega da proposta na qual deverá conter o part number do(s) produto(s) ofertado(s);
2. Os pontos de acessos fornecidos devem ser homologados para funcionar, com todos os recursos ativos e gerenciados, na Controladora Ruckus Modelo ZD3025 (já instalada e funcional na infraestrutura desta Universidade);
3. Conforme justificado no item anterior, a Controladora Ruckus citada neste documento já está instalada e

funcional na infraestrutura de rede CONTRATANTE (UFBA);
4. Caso a solução ofertada necessite de licenças para habilitação das diversas funcionalidades exigidas nos requisitos deste documento estas licenças devem ser fornecidas juntamente com este item;
5. Deve possuir certificação da Wi-Fi Alliance para IEEE 802.11a, IEEE 802.11b, IEEE 802.11n e IEEE 802.11ac;
6. Deverá ser apresentado certificado válido de interoperabilidade fornecido pela Wi-Fi Alliance na categoria Enterprise Access Point;
7. Deverá ter homologação da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) para o produto conforme a resolução 242. Não serão aceitos protocolos de entrada ou outros documentos diferentes do certificado, uma vez que os mesmo não garantem o funcionamento de equipamentos homologados e em conformidade com as leis brasileiras;
8. Deve possuir alimentação via padrão PoE (IEEE 802.3af) ou PoE+(IEEE 802.3at), com fonte PoE inclusa, conforme especificado no item 3.2;
9. Deve ser capaz de operar simultaneamente nos padrões IEEE 802.11a/n/ac e IEEE 802.11b/g/n, através de rádios independentes (Dual Radio AP);
10. Possuir antenas internas integradas compatíveis com as frequências de rádio dos padrões 2,4 Ghz e 5 Ghz com ganho de, pelo menos 3 dBi para ambos os padrões de frequências, com padrão de irradiação omnidirecional;
11. Deverá possuir potência máxima de transmissão de, no mínimo, 20 dBm para frequência de 5 Ghz;
12. Deverá possuir potência máxima de transmissão de, no mínimo, 20 dBm para frequência de 2,4 Ghz;
13. Deverá possuir sensibilidade de recepção de valor menor ou igual a -85 dBm para o padrão 2,4 GHz;
14. Deverá possuir sensibilidade de recepção de valor menor ou igual a -85 dBm para o padrão de 5 GHz;
15. Deve ser um equipamento ponto de acesso para rede local sem fio de uso interno, sem antenas aparentes, que atenda os padrões IEEE 802.11b/g/n na faixa de 2,4 Ghz e IEEE 802.11a/n/ac na faixa de 5 Ghz simultaneamente com configuração via software. O equipamento deve ter capacidade de análise espectral;
16. Possuir funcionamento em modo autônomo sem a necessidade da Controladora Ruckus vSZ-h . Neste modo, permitir configuração e funcionamento do ponto de acesso sem a necessidade do controlador;
17. Possuir funcionamento em modo gerenciado pela Controladora Ruckus vSZ-h, permitindo a configuração de seus parâmetros, gerenciamento das políticas de segurança, QoS e monitoramento de RF;
18. Deverá estar logicamente conectado a Controladora Ruckus vSZh de rede sem fio, inclusive via roteamento da camada de rede OSI, através de rede pública ou privada;
19. Deve implementar cliente DHCPv4 e cliente DHCPv6, para configuração automática de rede;
20. Possuir mecanismo de funcionamento para trabalhar com redundância de controle (Controladora Ruckus vSZ-h), pelo menos uma principal e outra redundante;
21. Deve poder operar de tal forma que realize o chaveamento (switching) do tráfego local dos usuários sem que este tráfego tenha que passar pela Controladora Ruckus vSZ-h , operando em modo de “chaveamento de tráfego local”;
22. Deve permitir a operação de usuários configurados nos padrões IEEE 802.11b/g/n e IEEE 802.11a/n/ac simultaneamente;
23. Atender os seguintes requisitos em IEEE 802.11n (faixas de 2,4 Ghz e 5 Ghz) e IEEE 802.11ac (faixas de 5 Ghz): 2x2 multiple-input multipleoutput (MIMO);
24. Operar em Canais de 20 Mhz para 2,4 Ghz e possibilitar channel bounding, canal de 40 Mhz para 5 Ghz e canais de 80 Mhz para 5 Ghz;
25. Possuir pelo menos as seguintes taxas de transmissão e com fallback automático: IEEE 802.11 a/g: 54, 48, 36, 24, 18, 12, 9 e 6 Mbps;
26. Possuir pelo menos as seguintes taxas de transmissão e com fallback automático: IEEE 802.11n: MSC0 – MCS15 (6.5Mbps - 300Mbps);
27. Possuir pelo menos as seguintes taxas de transmissão e com fallback automático: IEEE 802.11ac: MSC0 – MCS9 para 1 e 2 Spatial Streams (6.5Mbps - 867Mbps);
28. Possuir capacidade de selecionar automaticamente o canal de transmissão em 2,4 Ghz e em 5 Ghz criando um plano de distribuição de canais entre os pontos de acesso para melhor uso do espectro de radiofrequência;

29. Permitir o ajuste dinâmico de nível de potência e canal de rádio de modo a otimizar o tamanho da célula de RF;
30. Implementar o protocolo de enlace CSMA/CA (Carrier Sense Multiple Access/Collision Avoidance) para acesso ao meio de transmissão;
31. Operar nas modulações DSSS e OFDM;
32. Possuir suporte pelo menos 8 SSIDs e 6 VLANs;
33. Permitir habilitar e desabilitar a divulgação do SSID;
34. Possuir padrão WMM (Wi-Fi Multimedia) da Wi-Fi Alliance para priorização de tráfego;
35. Não deve haver licença restringindo o número de clientes por ponto de acesso. O Ponto de Acesso deve permitir, no mínimo, 200 (duzentos) clientes;
36. Deve possuir no mínimo 02 rádios (dual radio) operando
simultaneamente em frequências distintas;
37. Possuir, no mínimo, uma interface IEEE 802.3 10/100/1000 BaseT Ethernet, autosensing, auto MDI /MDX, com conectores RJ-45;
38. Permitir a atualização remota do sistema operacional e arquivos de configuração utilizados no equipamento via interfaces ethernet ou serial (terminal assíncrono);
39. Possuir no mínimo 01 LED indicativo do estado de operação;
40. Deve ser entregue com suporte de montagem multi-uso compatível com montagem em paredes, tetos, postes e armação;
41. Deve permitir a configuração da técnica beamforming de transmissão de forma a aperfeiçoar a relação de sinal ruído e a desempenho de transmissão de dados para determinados usuários da rede WLAN. Deve permitir esta formação de banda para cliente 802.11ac;
42. Possuir estrutura metálica, do mesmo fabricante do ponto de acesso, que permita fixação do equipamento em teto e também em parede, devem ser fornecidos os acessórios metálicos para que possa ser feita a fixação;
43. Deve ser entregue com todos os acessórios necessários para operacionalização do equipamento, tais como: kits de instalação, softwares, documentação técnicas e manuais em português ou inglês que contenham informações suficientes para possibilitar a instalação, configuração e operacionalização;
44. Possuir varredura de RF nas bandas 802.11 b/g/n e 802.11 a/n/ac para identificação de pontos de acesso intrusos não autorizados (rogues) e interferências no canal habilitado no ponto de acesso;
45. Deve implementar o protocolo IEEE 802.1x, com pelo menos os seguintes métodos EAP: EAP-Transport Layer Security (EAP-TLS), EAPTTLS/MSCHAPv2, EAP-TTLS/PAP, PEAPv0/EAP-MSCHAPv2, PEAPv1 /EAP-GTC e EAP Subscriber Identity Module (EAP-SIM). Caso algum dos métodos EAP não possa ser comprovado através de documento público oficial do fabricante será aceito para este item a comprovação através de amostra;
46. Deve implementar suplicante 802.1x para identificar os pontos de acesso, ao ser conectado na estrutura de rede cabeada;
47. Deve suportar a autenticação com geração dinâmica de chaves criptográficas por sessão ou por usuário;
48. Implementar WEP (Wired Equivalent Privacy), chaves de 64 bits e128 bits;
49. Implementar WPA (Wi-Fi Protected Access com algoritmo de criptografia TKIP e Message Integrity Check-MIC);
50. Implementar WPA-2 (Wi-Fi Protected Access com algoritmo de criptografia AES);
51. Deve ser capaz de atender os usuários e realizar a função de mesh indoor ou modo “repetidor” de forma simultânea;
52. O equipamento deve realizar a monitoração real-time das frequências de Rádio Frequência em busca de interferências e simultaneamente atender os usuários da rede WiFi;
53. Quando em operação de monitoração de espectro, deve detectar e gerar alarmes de interferências WiFi (provenientes de dispositivos padrão IEEE 802.11);
54. Quando em operação de monitoração de espectro, deve ter a capacidade de mudar de canal caso seja detectada alguma das interferências listadas no item anterior no canal de operação atual e devem
permanecer no novo canal caso a interferência seja persistente;
55. Deve operar pelo menos no “Modo Local” no qual o ponto de acesso deve fornecer informações à Controladora Ruckus vSZ-h à qual está associado referentes à qualidade do espectro de RF no canal de

operação atual ao mesmo tempo que processa de wifi aos usuários;

2. Requisitos de Garantia e Manutenção

1. Garantia on-site na cidade de Salvador/BA com tempo de resposta[1] na modalidade 8x5 NBD (Next Business Day) – 8 (oito) horas por dia durante 5 (cinco) dias na semana;
2. Garantia on-site na cidade de Salvador/BA com tempo de resposta[1] na modalidade 8x5 NBD (Next Business Day) – 8 (oito) horas por dia durante 5 (cinco) dias na semana (de segunda à sexta) ininterruptamente, salvo feriados, para todo o hardware ofertado. Tempo de solução[2] de até 30 (trinta) dias corridos;
3. A garantia/serviços de assistência técnica deverão ser oferecidos pela contratada e/ou diretamente pelo fabricante da plataforma pelo período mínimo de 60 meses;
4. A contratada deverá apresentar documento emitido pelo fabricante dos produtos comprovando que é habilitada para comercializar os equipamentos ofertados;
5. Todos os equipamentos apresentados, incluindo todos os componentes internos e periféricos, não poderão estar fora de linha de produção na data de prevista para entrega;
6. Oferecido pela contratada e/ou diretamente pelo fabricante da plataforma deve permitir abertura de chamado e dar suporte através de site na Web (endereço eletrônico) ou por telefone 0800 ou por e-mail. O suporte deve incluir atualizações de software e firmware gratuitamente pelo período mínimo de 60 meses.

6.1 [1]Tempo de resposta: é definido como o tempo decorrido entre a abertura do chamado/ordem de serviço e o primeiro contato da assistência técnica ao setor requisitante;

6.2 [2]Tempo de solução: é definido como o tempo decorrido entre a abertura do chamado/ordem de serviço e a substituição do hardware danificado.

3. Especificação Técnica - Fonte de Alimentação - Injetor PoE;

1. Especificação Técnica;
2. O Módulo Injetor Power Over Ethernet (PoE) deve ser novo e sem uso anterior. Não serão aceitos equipamentos remanufaturados (refurbished). O modelo ofertado deverá estar em linha de produção, sem previsão de encerramento de fabricação na data de entrega da proposta. A proposta deverá conter o PART NUMBER do produto ofertado;
3. O módulo injetor deve ser do mesmo fabricante do ponto de acesso da solução fornecida no item 1 (um) e item 2 (dois);
4. Deve possibilitar alimentação elétrica dos pontos de acesso via interface de rede 100/1000, com conector RJ-45, de acordo com o padrão PoE, mantendo todas as funcionalidades e capacidades, sem perda do desempenho máximo do ponto de acesso;
5. Deve possuir fonte de alimentação interna com capacidade para seleção automática de tensão (100 -240 VAC);
6. Deve acompanhar cabo para conexão à rede elétrica em tomadas de padrão NBR 14136:2012;
7. Deve possuir 02 (duas) portas RJ-45 fêmea, uma para conectar ao switch não PoE e outra para fornecer energia e dados para o dispositivo a ser alimentado. Ambas as portas devem operar em Gigabit;
8. Ser compatível com o Ponto de Acesso fornecido.
9. Deve acompanhar 03 (três) cabos de rede cat6 de 1,5 metro de comprimento com conectores RJ45 conectorizado de fábrica;
10. Deve acompanhar todos os acessórios para o seu perfeito funcionamento.

EQUIPAMENTO FITAS LTO

Item	Descrição

04	Fita de Limpeza Driver - LTO
05	Fita Gravação de Dados - - LTO 8

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS GERAIS:

Item - 04
Fita Limpeza Drive;
Vida Útil: 50 Ciclos Limpeza;
Aplicação: Unidade De Gravação Ultrium 8;
Tipo: Lto;
Formato: Cartucho;
Garantia mínima 1 ano.

Item - 05
Tipo: Fita magnética para backup e armazenamento;
de dados LTO 8;
Capacidade nativa de dados: 12.0 TB;
Capacidade comprimida de dados: 30.0 TB;
Taxa de transferência nativa: 300 (MB/s);
Taxa de transferência comprimida: 750 (MB/s);
Garantia mínima 1 ano.

MICROCOMPUTADOR DESKTOP AVANÇADO

A. RESUMO:

Item	Descrição
08	Microcomputador Desktop Avançado **com** Windows - 25% ME/EPP
09	Microcomputador Desktop Avançado **com** Windows

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS GERAIS:

a) Suporte à arquitetura 64 bits, tecnologia SSE4.1/4.2 ou similar;
b) Controladora de memória e de vídeo integrada;
c) Processador com clock speed base de no mínimo 1.9 ghz e clock speed em modo turbo de no mínimo 5.0 GHz; memória cache L3 de no mínimo 24MB e 14 (quatorze) núcleos reais de processamento ou superior;
d) Suporte ao conjunto de instruções AES (Advanced Encryption Standard);
e) Controle de nível do desempenho automático, ajustando dinamicamente a frequência e a voltagem de acordo com a necessidade requerida pela atividade do momento;
f) Implementar tecnologia que permite que máquinas virtuais hospedeiras usem diretamente os dispositivos periféricos, tais como ethernet, placas aceleradoras gráficas e controladores de disco rígido, através da DMA e remapeamento de interrupções;
g) Atingir índice de, no mínimo, 30.000 pontos para o desempenho, tendo como referência a base de dados Passmark CPU Mark disponível no site http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php. consulta realizada no dia

04/06/2024.
h) O Processador deverá ser da última geração disponibilizado pelo fabricante de desktops, em sua linha corporativa no Brasil; ou lançados a partir de 2023.

2. BIOS
a) Desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento, ou em regime de OEM ou ter direitos copyright sobre essa BIOS. O fabricante do computador deverá possuir livre direito de edição sobre a mesma, garantindo assim adaptabilidade do conjunto adquirido, comprovados através de atestados fornecidos pelo fabricante do equipamento;
b) O fabricante do equipamento deverá prover em seu site da internet todas as atualizações de BIOS devendo a aplicação permitir atualização online por meio do sistema operacional Microsoft Windows 11 professional;
c) A BIOS deve possuir o número de série do equipamento e campo editável que permita inserir identificação customizada podendo ser consultada por software de gerenciamento, como número de patrimônio por exemplo;
d) Deve suportar ACPI (Advanced Configuration and Power Management Interface);
e) Deve suportar a tecnologia Trusted Plataform Module 2.0 ou superior (TPM);
f) Deve possuir opção para desabilitar componentes de drive e de entrada e saída do equipamento como portas
USB, áudio;
g) Suporte a atualizações de BIOS dentro do DOS (Flashbin) e do Windows, além de recuperações de falhas;
h) Com possibilidade de configuração de senhas no Setup a dois níveis, administrador e usuário, que controlem acesso ao boot do Sistema Operacional e ao próprio SETUP;
i) Setup com suporte a língua Portuguesa e/ou inglesa;
j) BIOS desenvolvida pelo fabricante em conformidade com a especificação UEFI 2.1 (http://www.uefi.org); O fabricante possui compatibilidade com o padrão UEFI comprovada através do site http://www.uefi.org /members, na categoria membros;
k) Tipo Flash Rom;
l) Permitir e habilitar o processador a executar a tarefa de balanceamento de carga de trabalho, aumentando clock de um núcleo e desabilitando o de outros;
m) Dispor de ferramenta de diagnóstico de saúde do hardware, com execução de testes independente do estado/versão sistema operacional. A ferramenta deve ser acessada durante o POST do equipamento e apresentar tela gráfica para acompanhamento dos testes, facilitando assim a análise do usuário.

3. CHIPSET E PLACA MÃE
a) Placa mãe deverá ser projetada e desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ofertado ou em regime de OEM, não sendo aceito o emprego de placas de livre comercialização no mercado;
b) Memória tipo DDR5, permitindo a instalação de até 64 (sessenta e quatro) Gigabytes;
c) Possuir suporte à tecnologia Dual Channel;
d) Chip de segurança TPM versão 2.0 integrado para criptografia;
e) A placa mãe deve possuir número de série registrado na sua BIOS ou ser membro do DMTF em qualquer categoria, possibilitando.
f) Possui 01 (um) slots tipo PCI-E livre;
g) Controladora SATA 3 ou versão superior, integrada e compatível com os periféricos especificados neste documento;
h) O chipset deve ser da geração mais recente disponibilizada pelo fabricante, compatível com o processador ofertado; do mesmo fabricante do equipamento, ou desenvolvida especificamente para o projeto, não sendo aceitas placas de livre comercialização no mercado.

4. MEMÓRIA
a) Possuir 2(dois) slots de memória DDR5;
b) Com no mínimo 16GB DDR5 5600 MHz;
c) Suporte para 64 GB de memória.

5. ARMAZENAMENTO

a) 01 Disco de 1 TB HDD, velocidade de rotação mínima de 7.200 rpm;
b) 01 Disco SSD 512GB do tipo NVMe M.2;
c) Suporte às tecnologias s.m.a.r.t (self-monitoring, analysis and reporting technology).

6. TECLADO

a) Do mesmo fabricante do equipamento ou em regime de OEM, mínimos de 107 teclas, teclas silenciosas;
b) Padrão ABNT-2;
c) Regulação de altura e/ou inclinação do teclado;
d) Interface USB;
e) A impressão sobre as teclas deverá ser do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste por abrasão ou uso prolongado.

7. MOUSE

a) Do mesmo fabricante do equipamento ou em regime de OEM, devidamente comprovado neste caso por declaração;
b) Tecnologia óptica, de conformação ambidestra, com botões esquerdo, direito e central próprio para rolagem;
c) Resolução mínima de 1000 (mil) DPI;
d) Interface USB.

8. GABINETE

a) Tensões de entrada de 100 a 240 vac (+/-10%), 50-60hz, com ajuste automático, com consumo e potência de no mínimo 450 watts, suficiente para suportar todos os dispositivos internos na configuração ofertada (placa principal, interfaces, discos rígidos, memória ram e demais periféricos);
b) Fonte pfc (power factor correction) ativo com eficiência superior a 87% (pfc 80+);
c) O modelo de fonte fornecido deve estar cadastrado no site www.80plus.com na categoria PLATINUM (podendo alcançar até 92% de eficiência) ou superior. A implementação deste requisito é fundamental para o cumprimento dos requisitos de sustentabilidade ambiental estabelecido na IN SLTI/MPOG n. 01 de 19 de janeiro de 2010;
d) O gabinete deverá possuir um conector de encaixe para kit de segurança, do tipo Kensington, sem adaptações;
e) Deverá possuir gravação a laser do logotipo da Instituição (frase ou figura) no chassi do equipamento(O logotipo a ser gravado no equipamento deverá ter tamanho entre 22x35mm e 30x47.7mm, de forma que seja melhor visualizado.);
f) Volume máximo do gabinete: 12 litros;
g) Formato do gabinete: Small Form Factor;
h) Deve permitir abertura do gabinete sem uso de ferramentas, sendo aceito parafuso recartilhado apenas para abertura da tampa.

9. INTERFACES E PORTAS DE COMUNICAÇÃO

a) Controladora de vídeo:
i. Controladora onboard (integrada) que atinja no mínimo de 1.7GB de memória compartilhado;
ii. Permita o uso de dois monitores simultâneos, sem uso de adaptadores.

b) Controladora de rede:
i. Gigabit Ethernet 10/100/1000 mbps com recursos wake on lan (wol);
ii. Possuir, no mínimo, 01 (uma) porta de rede padrão rj-45 integrada;
c) Controladora de áudio:
i. Controladora de som compatível com o padrão “hd audio codec”;
ii. Alto-falante integrado ao gabinete;
iii. Possuir conectores frontais para headphone e microfone, sendo aceita interface tipo combo.
d) Portas e expansões:

i. Possuir, no mínimo, 6 (seis) portas USB 2.0 / 3.0 ou superior nativas;
ii. Não será aceito qualquer tipo de adaptador extensor de portas.
iii. Das 6 portas, devem existir pelo menos 4 (quatro) USB 3.2 ou superior; Com pelo menos 01(uma) porta USB do tipo C.
iv. Possuir Interface de rede Wireless: Interface de rede sem fio padrão 802.11AX, Dual Band: 2.4 e 5.0Ghz, Instalada em slot M.2 ou integrada, com certificação da WIFI-ALLIANCE (www.wifi.org); Também deverá oferecer conectividade Bluetooth 5.0 em placa combinada com WIFI ou integrada à placa mãe.

10. MONITOR DE VÍDEO

a) Tamanho da tela: mínima de 23,5 polegadas;
b) Tela 100% plana de LED Backlight(retroiluminação) LCD IPS;
c) Resolução suportada: 1920 x 1080 a 60 hz;
d) Proporção 16:10 ou 16:9;
e) Brilho mínimo de 250 CD/m2;
f) Relação de contraste mínima de 1.000:1;
g) Suporte mínimo a 16,2 milhões de cores;
h) Tempo de resposta máximo 8ms;
i) Distância entre pixels: máximo de 0.275 (H) mm x 0.275 (V) mm;
j) Conectores de entrada:
i. Uma entrada DVI e/ou display port, compatível com a interface controladora de vídeo dos computadores ofertados – o cabo de interligação deve ser entregue junto com a solução;
ii. Uma entrada HDMI compatível com a interface controladora de vídeo, sem o uso de adaptadores;
k) Controle digital de brilho, contraste, posicionamento vertical e posicionamento horizontal;
l) Tela com regulagem de altura (mínimo de 10cm), rotação (pivot) e inclinação;
m) Com pelo menos 04(quatro) conexões USB, sendo pelo menos 02 (duas) do tipo USB 3.2;
n) Fonte de alimentação para corrente alternada com tensões de entrada de 100 a 240 vac (+/-10%), 50-60hz, com ajuste automático;
o) Para fins de atendimento da garantia do conjunto “computador+monitor”, o monitor deverá ser da mesma marca do computador ou em regime de ODM.
p) Consumo de energia em modo típico de operação de no máximo 20 watts;
q) A garantia do monitor deverá cobrir ainda o reparo ou substituição do monitor no caso do aparecimento de dead pixel (apenas 1 (um) pixel claro queimado).

11. SOFTWARES

a) Os equipamentos utilizados para homologação deverão ser entregues com o sistema operacional pré-instalado pelo fabricante;
b) Todos os drivers para os sistemas operacionais suportados, inclusive atualizações de firmware, devem estar disponíveis para download na web site do fabricante do equipamento sem necessidade de qualquer identificação do usuário, e devem ser facilmente localizados e identificados pelo modelo do equipamento ou código do produto conforme etiqueta permanente afixada no gabinete;
a) Os equipamentos adquiridos deverão estar configurados com o perfil utilizado na Universidade Federal da Bahia, como por exemplo: fundo de tela, drivers de impressora, configurações de internet, etc.; este processo se dará da seguinte forma: um servidor da Universidade deverá preparar uma única máquina “modelo” com este perfil. Posteriormente, a empresa vencedora deverá replicar este modelo para todas as outras máquinas, obedecendo ao licenciamento “MICROSOFT OEM PROFESSIONAL” do software Windows. Após a criação da máquina modelo (conforme perfil), deverá ser gerado um CD de recuperação, de forma que se consiga facilmente a restauração de todo o sistema em caso de falha (um CD por máquina) ou oferecer a opção de restauração através de partição do HD do equipamento.

12. COMPATIBILIDADE

a) O equipamento ofertado deverá constar no Microsoft Hardware Compatibility List (HCL) para o sistema operacional exigido. A comprovação da compatibilidade será efetuada pela apresentação do documento hardware compatibility test report emitido especificamente para o modelo no sistema operacional ofertado;
b) Todos os dispositivos de hardware, além de seus drivers e demais softwares fornecidos deverão ser

compatíveis com os sistemas operacionais Windows 11 professional 64 bits.

13. DOCUMENTOS E DECLARAÇÕES

a) Deverá estar disponível no site do fabricante, o manual de serviço/manutenção do equipamento, com orientações técnicas de como remover e recolocar peças externas e internas do modelo do equipamento. Comprovar com fornecimento do(s) link(s) em uma declaração por escrito e/ou fornecimento impresso dos manuais;

b) Todas as características técnicas solicitadas nesta especificação técnica, além de serem comprovadas por testes, aceitações e certificações, deverão ser comprovadas pelo fornecedor devidamente subsidiadas pelo fabricante, se forem pessoas jurídicas diversas, através de: catálogos técnicos, manuais do produto, bem como constar no site do respectivo produtor/fabricante até a data limite do momento do oferecimento da proposta no certame;

c) Idioma – todas as informações e documentos exigidos na especificação técnica deverão ser apresentados, preferencialmente, em português. Será aceito como idioma alternativo apenas o inglês, caso contrário, deverá ser apresentada tradução para língua portuguesa;

d) Fica facultado à contratante solicitar, a apresentação dos originais ou cópias autenticadas, em cartório nacional, dos respectivos documentos apresentados;

e) Comprovação de conformidade com a norma EPEAT ou similar nacional ABNT/INMETRO, em qualquer nível, para o conjunto computador+monitor, comprovado através do site oficial da certificação, ou através de declaração registrada em cartório e com firma reconhecida, por firma do próprio fabricante;

f) Comprovação de conformidade com a norma energy star 6.1, ou superior, para computador e monitor, ou Rótulo Ecológico de acordo com as normas Brasileiras ABNT equivalentes;

g) Certificado ou comprovante de conformidade com a norma elétrica IEC 60950-1:2001 e/ou EN60950-1: 2006 (safety of information technology equipment including electrical business equipment), do computador e monitor para segurança do usuário contra incidentes elétricos e combustão dos materiais elétricos;

h) Certificado ou comprovante de conformidade com IEC-62311 e/ou EN 61000 ou similar emitido por órgão nacional ex: ABNT/INMETRO, relativo à exposição do público em gerais relacionadas a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos para o computador;

i) Certificação ou comprovante de conformidade com iso-9296 (acoustics - declared noise emission values of computer and business equipment) ou similar emitido por laboratório certificado pelo INMETRO para o computador;

j) Comprovante que o computador, em pleno funcionamento, deve observar a norma nbr-10152, ou certificação equivalente do Inmetro ou norma internacional similar, quanto à emissão de ruído ambiente em escritórios de atividades diversas, através de laudo técnico gerado por entidade especializada;

k) Certificado ou comprovante de conformidade que comprove que o conjunto computador+monitor não contenha substâncias perigosas como mercúrio (hg), chumbo (pb), cromo hexavalente (cr(vi)), cádmio (CD), bifenil polibromados (pbbs), éteres difenil-polibromados (pbdes) em concentração acima da recomendada na diretiva ROHS (restriction of certain hazardous substances);

l) O computador e monitor deverão apresentar compatibilidade eletromagnética e de radiofrequência IEC61000 comprovado através de certificado ou relatório de avaliação de conformidade emitido por órgão credenciado pelo INMETRO;

m) Deverá ser apresentado certificado em que o fabricante do equipamento é membro do consórcio DMTF (desktop management task force) que especifica o padrão “dmi” de gerenciamento. O fabricante deverá ser membro em qualquer categoria. O certificado será conferido através de acesso à página http://www.dmtf.org /about/list onde o fabricante deverá pertencer a uma das categorias;

n) O fabricante do equipamento deverá fazer parte da Green Eletron, entidade gestora para logística reversa de produtos eletroeletrônicos, idealizada pela Abinee ou similar nacional a exemplo do Certificado ABNT para Logística Reversa de Resíduos de Equipamentos Eletroeletrônicos (REEE), podendo ser através de contrato com terceiros;

14. OUTROS REQUISITOS

a) Todos os equipamentos ofertados (gabinete, teclado, mouse e monitor) devem possuir gradações neutras das cores, preta ou cinza, e manter o padrão de cor.

15. GARANTIA

a) Os equipamentos devem possuir garantia por um período mínimo de 60 (sessenta) meses.

b) A contratada deve possuir central de atendimento tipo (0800) para abertura dos chamados de garantia, comprometendo-se a manter registros dos mesmos constando a descrição do problema, com atendimento disponível de segunda a sexta, das 08h às 18h.

c) Coleta de informações, verificação de peças com folgas ou quaisquer outros procedimentos que exijam a abertura dos equipamentos, ficará a cargo exclusivamente do Credenciado ou Fabricante.

d) O equipamento ofertado deverá possuir código de identificação único para a abertura dos chamados;

e) Durante o prazo de garantia será substituída sem ônus para a contratante, a parte ou peça defeituosa, salvo quando o defeito for provocado por uso inadequado dos equipamentos.

f) O prazo máximo para atendimento deverá ser em até 2 dias úteis após a abertura do chamado junto à contratada e concluídos em até 4 dias úteis após a abertura do chamado.

g) Para os defeitos não críticos, que não impliquem a impossibilidade de operação normal do equipamento, o prazo máximo para o reparo será de, no máximo, 7 (sete) dias úteis.

h) Se o problema não for resolvido dentro do prazo máximo estabelecido nos itens (f e g) acima, o equipamento deverá ser integralmente substituído, sem ônus adicional para a UFBA, por outro de qualidade e desempenho equivalente ou superior.

i) Decorridos os prazos estipulados, sem o atendimento devido, fica a UFBA autorizada a contratar os serviços de suporte técnico de outra empresa e cobrar da licitante contratada os custos respectivos, sem que tal fato acarrete qualquer perda da garantia dos equipamentos ofertados.

j) Caso haja necessidade de reparação dos equipamentos ou componentes nas instalações do fornecedor, os custos e a documentação necessária de envio dos mesmos ao fornecedor e devolução à Universidade, devidamente reparados, serão de total responsabilidade do fornecedor.

k) A garantia deverá contemplar defeitos de hardware e de todos os softwares vendidos junto com a solução.

l) A garantia deverá ser prestada pelo fabricante do equipamento ou empresa prestadora de serviços de assistência técnica devidamente credenciada pelo mesmo através de carta, que deverá ser fornecida no ato da apresentação da proposta.

m) A garantia deverá ser do tipo:

i. Diagnóstico inicial durante a abertura do chamado;

ii. Diagnóstico geral e resolução de problemas on-site por um técnico especializado de serviço no local especificado pelo órgão;

iii. Assistência no local com substituição de peças (se necessário) de acordo com a garantia contratada do equipamento (após a conclusão da resolução de problemas no local).

n) O atendimento será das 08h às 18h, de segunda a sexta-feira.

o) Esta modalidade de cobertura de garantia deverá, obrigatoriamente, entrar em vigor a partir da data de atesto da respectiva nota fiscal dos equipamentos fornecidos.

p) No caso do licitante não ser o próprio fabricante do equipamento, ele deverá apresentar declaração /certificado do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui os 60 meses de garantia solicitado;

q) Os equipamentos, componentes, ou peças de reposição utilizadas na manutenção corretiva deverão ser novos e de primeiro uso.

C. REQUISITOS COMPLEMENTARES:

Os requisitos descritos em seguida são exigidos em complemento a alínea B.

a. Sistema operacional: o equipamento deverá acompanhar licença do MS-Windows 11, professional (coa digital) x64, no idioma português Brasil, com mídia de recuperação ou oferecer a opção de restauração através de partição do HD do equipamento;

MICROCOMPUTADOR DESKTOP BÁSICO

A. RESUMO:

Item	
10	Microcomputador Desktop Básico **com** Windows
11	Microcomputador Desktop Básico **com** Windows-25% ME/EPP

B. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS GERAIS

1. **PROCESSADOR**

a) Suporte à arquitetura 64 bits, tecnologia SSE4.1/4.2 ou similar;

b) Controladora de memória e de vídeo integrada;

c) Processador com clock speed base de no mínimo 1.7ghz e clock speed em modo turbo de no mínimo 4.5GHz; memória cache L3 de no mínimo 8MB e 08 (oito) núcleos reais de processamento ou superior;

d) Suporte ao conjunto de instruções AES (Advanced Encryption Standard);

e) Controle de nível do desempenho automático, ajustando dinamicamente a frequência e a voltagem de acordo com a necessidade requerida pela atividade do momento;

f) Implementar tecnologia que permite que máquinas virtuais hospedeiras usem diretamente os dispositivos periféricos, tais como ethernet, placas aceleradoras gráficas e controladores de disco rígido, através da DMA e remapeamento de interrupções;

g) Atingir índice de, no mínimo, 21.000 pontos para o desempenho, tendo como referência a base de dados Passmark CPU Mark disponível no site http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php. Consulta realizada no dia 02/05/2024;

h) O Processador deverá ser da última geração disponibilizado pelo fabricante de desktops em sua linha corporativa no Brasil ou lançados a partir de 2022.

2. BIOS

a) Desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento, ou em regime de OEM ou ter direitos copyright sobre essa BIOS O fabricante do computador deverá possuir livre direito de edição sobre a mesma, garantindo assim adaptabilidade do conjunto adquirido, comprovados através de atestados fornecidos pelo fabricante do equipamento;

b) O fabricante do equipamento deverá prover em seu site da internet todas as atualizações de BIOS devendo a aplicação permitir atualização online por meio do sistema operacional Microsoft Windows 11 professional;

c) A BIOS deve possuir o número de série do equipamento e campo editável que permita inserir identificação customizada podendo ser consultada por software de gerenciamento, como número de patrimônio por exemplo;

d) Deve suportar ACPI (Advanced Configuration and Power Management Interface);

e) Deve suportar a tecnologia Trusted Plataform Module 2.0 ou superior (TPM);

f) Deve possuir opção para desabilitar componentes de drive e de entrada e saída do equipamento como portas USB, áudio;

g) Suporte a atualizações de BIOS dentro do DOS (Flashbin) e do Windows, além de recuperações de falhas;

h) Com possibilidade de configuração de senhas no Setup a dois níveis, administrador e usuário, que controlem acesso ao boot do Sistema Operacional e ao próprio SETUP;

i) Setup com suporte a língua Portuguesa e/ou inglesa;

j) BIOS desenvolvida pelo fabricante em conformidade com a especificação UEFI 2.1 (http://www.uefi.org); O fabricante possui compatibilidade com o padrão UEFI comprovada através do site http://www.uefi.org

/members, na categoria membros;
k) Tipo Flash Rom;
l) Permitir e habilitar o processador a executar a tarefa de balanceamento de carga de trabalho, aumentando clock de um núcleo e desabilitando o de outros;
m) Dispor de ferramenta de diagnóstico de saúde do hardware, com execução de testes independente do estado/versão sistema operacional. A ferramenta deve ser acessada durante o POST do equipamento e apresentar tela gráfica para acompanhamento dos testes, facilitando assim a análise do usuário.

3. CHIPSET E PLACA MÃE
a) Placa mãe deverá ser projetada e desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ofertado ou em regime de OEM, não sendo aceito o emprego de placas de livre comercialização no mercado;
b) O chipset deverá ser do mesmo fabricante do processador;
c) Deve possuir chip de segurança no padrão TPM versão 2.0 ou superior, integrado a placa-mãe;
d) Deve suportar tecnologia de monitoramento térmico;

4. MEMÓRIA
a) Possuir 2(dois) slots de memória DDR4;
b) Com no mínimo 8GB DDR4 3200 MHz;
c) Suporte para 16GB de memória.

5. ARMAZENAMENTO
a) Disco SSD 256GB do tipo NVMe M.2;
b) Suporte às tecnologias s.m.a.r.t (self-monitoring, analysis and reporting technology).

6. TECLADO
a) Do mesmo fabricante do equipamento ou em regime de OEM, mínimos de 107 teclas, teclas silenciosas;
b) Padrão ABNT-2;
c) Regulação de altura e/ou inclinação do teclado;
d) Interface USB;
e) A impressão sobre as teclas deverá ser do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste por abrasão ou uso prolongado.

7. MOUSE
a) Do mesmo fabricante do equipamento ou em regime de OEM, devidamente comprovado neste caso por declaração;
b) Tecnologia óptica, de conformação ambidestra, com botões esquerdo, direito e central próprio para rolagem;
c) Resolução mínima de 1000 (mil) DPI;
d) Interface USB.

8. GABINETE
a) Fonte externa com tensões de entrada de 100 a 240 vac (+/-10%), 50-60hz, com ajuste automático, com consumo e potência de no mínimo 90 watts, suficiente para suportar todos os dispositivos internos na configuração ofertada (placa principal, interfaces, discos rígidos, memória ram e demais periféricos);
b) O gabinete deverá possuir um conector de encaixe para kit de segurança, do tipo Kensington, sem adaptações;
c) Deverá acompanhar cabo de aço para fixar o equipamento (CPU e monitor) à mesa com trava tipo Kensington de segredo único (para todas as travas ofertadas) em uma ponta e laço na outra e uma chave para abertura;
d) Deverá possuir gravação a laser do logotipo da Instituição (frase e/ou figura) no chassi do equipamento(O logotipo a ser gravado no equipamento deverá ter tamanho entre 22x35mm e 30x47.7mm, de forma que seja

melhor visualizado.);
e) Volume máximo do gabinete: 1,5 litros;
f) Formato do gabinete: Ultra Small Form Factor;
g) Deve permitir abertura do gabinete sem uso de ferramentas, sendo aceito parafuso recartilhado apenas para abertura da tampa.

9. INTERFACES E PORTAS DE COMUNICAÇÃO

a) Controladora de vídeo:
i. Permita o uso de dois monitores simultâneos, sem uso de adaptadores e sem a necessidade de auxílio de uma placa de vídeo off-board.
ii. Memória da placa de vídeo do tipo, com compartilhamento dinâmico com o sistema, podendo atingir 1.7 GB ou superior;
iii. Possuir, no mínimo, 1 (uma) porta de vídeo padrão HDMI;
iv. Possuir, no mínimo, 1 (uma) no padrão display port ou DVI-i/d nativas;

b) Controladora de rede:
i. Gigabit Ethernet 10/100/1000 mbps com recursos wake on lan (wol);
ii. Possuir, no mínimo, 01 (uma) porta de rede padrão rj-45 integrada;

c) Controladora de áudio:
i. Controladora de som compatível com o padrão “hd audio codec”;
ii. Alto-falante integrado ao gabinete;
iii. Possuir conectores frontais para headphone e microfone, sendo aceita interface tipo combo.

d) Portas e expansões:
i. Possuir, no mínimo, 6 (seis) portas USB 3.0 ou superior nativas;
ii. Não será aceito qualquer tipo de adaptador extensor de portas.
iii. Das 6 portas, devem existir pelo menos 3 (três) USB 3.2 ou superior; Com pelo menos 01(uma) porta USB do tipo C.
iv. Possuir Interface de rede Wireless: Interface de rede sem fio padrão 802.11AX, Dual Band: 2.4 e 5.0Ghz, Instalada em slot M.2 ou integrada, com certificação da WIFI-ALLIANCE (www.wifi.org); Também deverá oferecer conectividade Bluetooth 5.0 em placa combinada com WIFI ou integrada à placa mãe.

10. MONITOR DE VÍDEO

a) Tamanho da tela: mínima de 23,5 polegadas;
b) Tela 100% plana de LED Backlight(retroiluminação) LCD IPS;
c) Resolução suportada: 1920 x 1080 a 60 hz;
d) Proporção 16:10 ou 16:9;
e) Brilho mínimo de 250 CD/m2;
f) Relação de contraste mínima de 1.000:1;
g) Suporte mínimo a 16,2 milhões de cores;
h) Tempo de resposta máximo 8ms;
i) Distância entre pixels: máximo de 0.275 (H) mm x 0.275 (V) mm;
j) Conectores de entrada:
iii. Uma entrada DVI e/ou display port, compatível com a interface controladora de vídeo dos computadores ofertados – o cabo de interligação deve ser entregue junto com a solução;
iv. Uma entrada HDMI compatível com a interface controladora de vídeo, sem o uso de adaptadores.
k) Controle digital de brilho, contraste, posicionamento vertical e posicionamento horizontal;
l) Tela com regulagem de altura (mínimo de 10cm) rotação(pivot) e inclinação;
m) Com pelo menos 04(quatro) conexões USB, sendo pelo menos 02 (duas) do tipo USB 3.2;
n) Fonte de alimentação para corrente alternada com tensões de entrada de 100 a 240 vac (+/-10%), 50-60hz, com ajuste automático;
o) Para fins de atendimento da garantia do conjunto “computador+monitor”, o monitor deverá ser da mesma

marca do computador ou em regime de ODM.
p) Consumo de energia em modo típico de operação de no máximo 32 watts;
q) A garantia do monitor deverá cobrir ainda o reparo ou substituição do monitor no caso do aparecimento de dead pixel (apenas 1 (um) pixel claro queimado);
r) O monitor deve acompanhar suporte para fixar o chassi do computador em sua parte traseira, sem que isso impacte os ajustes de altura, rotação e inclinação entregues pelo monitor. O suporte não pode tapar o número de série do equipamento, facilitando assim a identificação deste em momentos de necessidade.

11. SOFTWARES
a) Os equipamentos utilizados para homologação deverão ser entregues com o sistema operacional pré-instalado pelo fabricante;
b) Todos os drivers para os sistemas operacionais suportados, inclusive atualizações de firmware, devem estar disponíveis para download na web site do fabricante do equipamento sem necessidade de qualquer identificação do usuário, e devem ser facilmente localizados e identificados pelo modelo do equipamento ou código do produto conforme etiqueta permanente afixada no gabinete;
c) Os equipamentos adquiridos deverão estar configurados com o perfil utilizado na Universidade Federal da Bahia, como por exemplo: fundo de tela, drivers de impressora, configurações de internet, etc.; este processo se dará da seguinte forma: um servidor da Universidade deverá preparar uma única máquina “modelo” com este perfil. Posteriormente, a empresa vencedora deverá replicar este modelo para todas as outras máquinas, obedecendo ao licenciamento “MICROSOFT OEM PROFESSIONAL” do software Windows. Após a criação da máquina modelo (conforme perfil), deverá ser gerado um CD de recuperação, de forma que se consiga facilmente a restauração de todo o sistema em caso de falha (um CD por máquina) ou oferecer a opção de restauração através de partição do HD do equipamento.

12. COMPATIBILIDADE
a) O equipamento ofertado deverá constar no Microsoft hardware compatibility list (HCL) para o sistema operacional exigido. A comprovação da compatibilidade será efetuada pela apresentação do documento hardware compatibility test report emitido especificamente para o modelo no sistema operacional ofertado;
b) Todos os dispositivos de hardware, além de seus drivers e demais softwares fornecidos deverão ser compatíveis com os sistemas operacionais Windows 11 professional 64 bits.

13. DOCUMENTOS E DECLARAÇÕES
a) Deverá estar disponível no site do fabricante, o manual de serviço/manutenção do equipamento, com orientações técnicas de como remover e recolocar peças externas e internas do modelo do equipamento. Comprovar com fornecimento do(s) link(s) em uma declaração por escrito e/ou fornecimento impresso dos manuais;
b) Todas as características técnicas solicitadas nesta especificação técnica, além de serem comprovadas por testes, aceitações e certificações, deverão ser comprovadas pelo fornecedor devidamente subsidiadas pelo fabricante, se forem pessoas jurídicas diversas, através de: catálogos técnicos, manuais do produto, bem como constar no site do respectivo produtor/fabricante até a data limite do momento do oferecimento da proposta no certame;
c) Idioma – todas as informações e documentos exigidos na especificação técnica deverão ser apresentados, preferencialmente, em português. Será aceito como idioma alternativo apenas o inglês, caso contrário, deverá ser apresentada tradução para língua portuguesa;
d) Fica facultado à contratante solicitar, a apresentação dos originais ou cópias autenticadas, em cartório nacional, dos respectivos documentos apresentados;
e) Comprovação de conformidade com a norma EPEAT ou similar nacional ABNT/INMETRO, em qualquer nível, para o conjunto computador+monitor, comprovado através do site oficial da certificação, ou através de declaração registrada em cartório e com firma reconhecida, por firma do próprio fabricante;
f) Comprovação de conformidade com a norma energy star 6.1, ou superior, para computador e monitor, ou Rótulo Ecológico de acordo com as normas Brasileiras ABNT equivalentes;
g) Certificado ou comprovante de conformidade com a norma elétrica IEC 60950-1:2001 e/ou EN60950-1: 2006 (safety of information technology equipment including electrical business equipment), do computador e

monitor para segurança do usuário contra incidentes elétricos e combustão dos materiais elétricos;
h) Certificado ou comprovante de conformidade com IEC-62311 e/ou EN-62311, relativo à exposição do público em geral relacionados a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos para o computador;
i) Certificação ou comprovante de conformidade com iso-9296 (acoustics - declared noise emission values of computer and business equipment) ou similar emitido por laboratório certificado pelo INMETRO para o computador;
j) Comprovante que o computador, em pleno funcionamento, deve observar a norma nbr-10152, ou certificação equivalente do Inmetro ou norma internacional similar, quanto à emissão de ruído ambiente em escritórios de atividades diversas, através de laudo técnico gerado por entidade especializada;
k) Certificado ou comprovante de conformidade que comprove que o conjunto computador+monitor não contenha substâncias perigosas como mercúrio (hg), chumbo (pb), cromo hexavalente (cr(vi)), cádmio (CD), bifenil polibromados (pbbs), éteres difenil-polibromados (pbdes) em concentração acima da recomendada na diretiva ROHS (restriction of certain hazardous substances);
l) O computador e monitor deverão apresentar compatibilidade eletromagnética e de radiofrequência IEC61000 e/ou EN 61000, comprovado através de certificado ou relatório de avaliação de conformidade emitido por órgão credenciado pelo INMETRO;
m) Deverá ser apresentado certificado em que o fabricante do equipamento é membro do consórcio DMTF (desktop management task force) que especifica o padrão “dmi” de gerenciamento. O fabricante deverá ser membro em qualquer categoria. O certificado será conferido através de acesso à página http://www.dmtf.org /about/list onde o fabricante deverá pertencer a uma das categorias.

14. OUTROS REQUISITOS

a) Todos os equipamentos ofertados (gabinete, teclado, mouse e monitor) devem possuir gradações neutras das cores, preta ou cinza, e manter o padrão de cor.

15. GARANTIA

a) Os equipamentos devem possuir garantia por um período mínimo de 60 (sessenta) meses.
b) A contratada deve possuir central de atendimento tipo (0800) para abertura dos chamados de garantia, comprometendo-se a manter registros dos mesmos constando a descrição do problema, com atendimento disponível de segunda a sexta, das 08h às 18h.
c) Coleta de informações, verificação de peças com folgas ou quaisquer outros procedimentos que exijam a abertura dos equipamentos, ficará a cargo exclusivamente do Credenciado ou Fabricante.
d) O equipamento ofertado deverá possuir código de identificação único para a abertura dos chamados;
e) Durante o prazo de garantia será substituída sem ônus para a contratante, a parte ou peça defeituosa, salvo quando o defeito for provocado por uso inadequado dos equipamentos.
f) O prazo máximo para atendimento deverá ser em até 2 dias úteis após a abertura do chamado junto à contratada e concluídos em até 4 dias úteis após a abertura do chamado.
g) Para os defeitos não críticos, que não impliquem a impossibilidade de operação normal do equipamento, o prazo máximo para o reparo será de, no máximo, 7 (sete) dias úteis.
h) Se o problema não for resolvido dentro do prazo máximo estabelecido nos itens (f e g) acima, o equipamento deverá ser integralmente substituído, sem ônus adicional para a UFBA, por outro de qualidade e desempenho equivalente ou superior.
i) Decorridos os prazos estipulados, sem o atendimento devido, fica a UFBA autorizada a contratar os serviços de suporte técnico de outra empresa e cobrar da licitante contratada os custos respectivos, sem que tal fato acarrete qualquer perda da garantia dos equipamentos ofertados.
j) Caso haja necessidade de reparação dos equipamentos ou componentes nas instalações do fornecedor, os custos e a documentação necessária de envio dos mesmos ao fornecedor e devolução à Universidade, devidamente reparados, serão de total responsabilidade do fornecedor.
k) A garantia deverá contemplar defeitos de hardware e de todos os softwares vendidos junto com a solução.
l) A garantia deverá ser prestada pelo fabricante do equipamento ou empresa prestadora de serviços de assistência técnica devidamente credenciada pelo mesmo através de carta, que deverá ser fornecida no ato da apresentação da proposta.
m) A garantia deverá ser do tipo:
i. Diagnóstico inicial durante a abertura do chamado;

ii. Diagnóstico geral e resolução de problemas on-site por um técnico especializado de serviço no local especificado pelo órgão;
iii. Assistência no local com substituição de peças (se necessário) de acordo com a garantia contratada do equipamento (após a conclusão da resolução de problemas no local).
n) O atendimento será das 08h às 18h, de segunda a sexta-feira.
o) Esta modalidade de cobertura de garantia deverá, obrigatoriamente, entrar em vigor a partir da data de atesto da respectiva nota fiscal dos equipamentos fornecidos.
p) No caso do licitante não ser o próprio fabricante do equipamento, ele deverá apresentar declaração /certificado do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui os 60 meses de garantia solicitado;
q) Os equipamentos, componentes, ou peças de reposição utilizadas na manutenção corretiva deverão ser novos e de primeiro uso.

C. REQUISITOS COMPLEMENTARES:

Os requisitos descritos em seguida são exigidos em complemento a alínea B.
a. Sistema operacional: o equipamento deverá acompanhar licença do MS-Windows 11, professional (coa digital) x64, no idioma português Brasil, com mídia de recuperação ou oferecer a opção de restauração através de partição do HD do equipamento.

MICROCOMPUTADOR LAPTOP AVANÇADO

A. RESUMO:

Item	Descrição
12	Microcomputador Laptop Avançado **com** Windows - 25%ME/EPP
13	Microcomputador Laptop Avançado **com** Windows

B. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

1. PROCESSADOR
a) Processador com clock speed base de no mínimo 1.3ghz e clock speed em modo turbo de no mínimo 4.1 GHz; memória cache L3 de no mínimo 12MB e 10 (dez) núcleos reais de processamento ou superior, com suporte a criptografia AES.
b) Atingir índice de, no mínimo, 13.500 pontos para o desempenho, tendo como referência a base de dados Passmark CPU Mark disponível no site http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php.
c) O processador deve fazer parte da linha mais recente do fabricante do mesmo.

2. BIOS
a) Desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento, ou em regime de OEM ou ter direitos copyright sobre essa BIOS. O fabricante do computador deverá possuir livre direito de edição sobre a mesma, garantindo assim adaptabilidade do conjunto adquirido, comprovados através de atestados fornecidos pelo fabricante do equipamento;

b) O fabricante do equipamento deverá prover em seu site da internet todas as atualizações de BIOS devendo a aplicação permitir atualização online por meio do sistema operacional Microsoft Windows 11 Professional;
c) A BIOS deve possuir o número de série do equipamento e campo editável que permita inserir identificação customizada podendo ser consultada por software de gerenciamento, como número de patrimônio, por exemplo;
d) Deve suportar ACPI (Advanced Configuration and Power Management Interface);
e) Deve suportar a tecnologia Trusted Plataform Module 2.0 (TPM);
f) Deve possuir opção para desabilitar componentes de drive e de entrada e saída do equipamento como áudio, webcam e microfone;
g) Deve possuir gerenciamento térmico;
h) Suporte a atualizações de BIOS dentro do DOS (Flashbin) e do Windows, além de recuperações de falhas;
i) Com possibilidade de configuração de senhas no Setup a três níveis, administrador, HD e usuário, que controlem acesso ao boot do Sistema Operacional e ao próprio SETUP;
j) Setup com suporte a língua Portuguesa e/ou inglesa;
k) BIOS desenvolvida pelo fabricante em conformidade com a especificação UEFI 2.1 (http://www.uefi.org); O fabricante deve possuir compatibilidade com o padrão UEFI comprovada através do site http://www.uefi.org/members, na categoria membros;
l) Dispor de ferramenta de diagnóstico de saúde do hardware, com execução de testes independente do estado /versão sistema operacional. A ferramenta deve ser acessada durante o POST do equipamento e apresentar tela gráfica para acompanhamento dos testes, facilitando assim a análise do usuário.

3. CHIPSET E PLACA MÃE

a) O chipset deve ser da mesma marca do fabricante do processador;
b) Possuir 2 (dois) slot de memória com suporte a DDR4 3600MHz ou superior;
c) Placa mãe da mesma marca do fabricante do equipamento ou em regime de OEM, não serão aceitas placas de livre comercialização no mercado;
d) Deve suportar tecnologia de gerenciamento remoto por hardware fora de banda ou "Out of Band" com firmware (chip) integrado para armazenar e disponibilizar informações configuração e status do equipamento, mesmo quando este estiver totalmente desligado ou com o sistema operacional hibernado ou inoperante;
e) Deve permitir o gerenciamento remoto, com acesso a BIOS, permitir iniciar o computador a partir de uma imagem (.ISO) em um compartilhamento de rede ou CD no console de administração, mesmo com o equipamento desligado;
f) Permitir ligar e desligar o micro remotamente, com controle de acesso, em horários programados, independente do estado do sistema operacional;
g) A máquina deverá ter a capacidade de ser gerenciada mesmo quando estiver fora da rede corporativa, conectada na internet e usando NAT. As configurações das funcionalidades de gerenciamento deverão ser feitas sem a necessidade de intervenção presencial à máquina, mesmo com o sistema operacional inoperante;
h) O gerenciamento de funcionar em redes seguras (Microsoft NAP ou Cisco NAC);
i) Garantir o acesso remoto, através de conexão TCP/IP, à interface gráfica do microcomputador (KVM over IP), com controle total de teclado e mouse, independente do estado, tipo e versão do sistema operacional instalado no microcomputador ofertado, com controle remoto total da BIOS e visualização das telas de POST e telas gráficas do sistema operacional;
j) Permitir a instalação de sistemas operacionais remotamente, com acesso remoto ao teclado e mouse além da visualização remota gráfica das telas de instalação;
k) O gerenciamento remoto deve permitir autenticação via Kerberos;
l) Deve possuir tecnologia de monitoramento térmico;

4. MEMÓRIA

a) Possuir, no mínimo, 2 (dois) slot de memória DDR4 ou superior;
b) Memória: possuir 16GB DDR4 ou superior de no mínimo 3600MHz;
c) A memória poderá ser soldada na placa, desde que possua, no mínimo, um slot livre para expansão;
d) Suporte de memória para no mínimo 32GB.

5. ARMAZENAMENTO

a) 01 Disco SSD 512 do tipo NVMe M.2;
b) Suporte às tecnologias s.m.a.r.t (self-monitoring, analysis and reporting technology).
c) O equipamento deverá possuir a tecnologia Smart (tecnologia de análise e relatório de automonitoramento), que controla se os erros do disco rígido para as unidades integradas são relatados durante a inicialização do sistema.

6. OUTROS

a) Vídeo: integrado a placa-mãe ou ao processador podendo atingir o mínimo de 1.7GB compartilhado de forma dinâmica ou predefinida;
b) Monitor: padrão tft lcd ou led widescreen, tamanho de 14 polegadas, resolução mínima full hd;
c) Interfaces de entrada/saída:
i. 01 (um) conector mini hdmi ou hdmi 19 pinos;
ii. 01 (um) conector de microfone/fone de ouvido/ auto-falante estéreo;
iii. 03 (três) conectores USB, sendo todos compatíveis com USB 3.2 ou superior;
iv. 01 (um) conector USB tipo C;
v. 01 (um) leitor de cartão de memória. Integrado ao gabinete ou através de adaptador USB;
vi. 01 (um) conector padrão rj-45 integrado ou em opcional conectado a uma porta para esse fim com interface de rede gigabit ethernet velocidade 10/100/1000mbits;
vii. Rede integrada wireless IEEE 802.11 ax;
viii. Wireless Bluetooth 4.1 ou superior;
ix. Webcam integrada ao gabinete;
x. Microfone integrado ao gabinete;
d) Gabinete:
i. Ser testado de acordo com, pelo menos, algum teste da norma MIL-STD 810G e/ou H, assegurando a durabilidade em situações de uso do dia-a-dia;
ii. Entrada, integrada ao chassi, para cabo de segurança;
iii. Deve possuir no mínimo 02 (dois) alto-falantes internos com potência máxima total suportada de, no mínimo, 2 Watt por canal;
iv. Altura máxima, com bateria instalada, de 2,1cm
e) Áudio: som estéreo integrado compatível com o padrão hd;
f) Bateria: mínimo de 42Whr células de lítio-íon, polímero ou prismática; a garantia da bateria deve ser de, no mínimo 36 (trinta e seis) meses.
g) Alimentação: fonte ac externa de no mínimo 42w (3 pinos) 100-240v seleção automática de tensão, acompanhada do seu respectivo cabo de alimentação
h) Teclado e touch-pad:
Teclado no idioma português com "ç" ou ABNT2, com função backlight (iluminação traseira) para o uso em ambientes escuros;
i) Segurança:
j) Chip tpm, fazendo parte do processo fabril do equipamento, acompanhado de software para utilização do chip.
k) Características físicas: peso máximo 1,55 kg com bateria;
l) Capa: acompanhar maleta ou capa protetora para transporte, resistente a riscos e arranhões, compatível com o tamanho do equipamento – do mesmo fabricante do equipamento ou OEM;
m) Mouse: acompanhar mouse wireless ou Bluetooth, ergonômico, com no mínimo de 3 botões, com velocidade de, no mínimo, 1.000dpi, do mesmo fabricante do equipamento ou em regime de OEM, com garantia mínima de 01 ano e pilhas inclusas;
n) Suporte de drivers: todos os drivers para os sistemas operacionais suportados, inclusive atualizações de firmware, devem estar disponíveis para download na web site do fabricante do equipamento sem necessidade de qualquer identificação do usuário, e devem ser facilmente localizados e identificados pelo modelo do equipamento ou código do produto conforme etiqueta permanente afixada no gabinete;
o) A espessura não poderá ser maior que 2,3 cm;
p) Deverá possuir gravação a laser do logotipo da Instituição (frase ou figura) no chassi do equipamento(O logotipo a ser gravado no equipamento deverá ter tamanho entre 22x35mm e 30x47.7mm, de forma que seja melhor visualizado.).

7. SOFTWARES

a) Todos os drivers da placa-mãe, das controladoras, dos adaptadores e outros dispositivos que se fizerem necessários para a instalação, configuração e operação do equipamento no Microsoft Windows 11, deverão ser entregues em mídia eletrônica ou disponibilizados para download na Internet;

b) Os equipamentos ofertados deverão possuir software e recursos de segurança com modulo TPM, que deverá ter as seguintes funções:

i. Possuir capacidade de interação com o módulo TPM, possibilitando a utilização de todos os recursos de segurança, criptografia e gerenciamento da solução;

ii. Suportar todos os módulos de autenticação do Windows ou via outros mecanismos de identificação, como leitor de impressões digitais e Smart Cards;

iii. Possuir solução de gerenciamento de senhas, possibilitando armazenar com segurança todas as senhas dos usuários, permitindo acesso seguro e rápido aos aplicativos e informações protegidas integradas ao TPM;

c) Deverá ser fornecido instalado ou disponibilizar na Internet software do próprio fabricante ou homologado para o mesmo que permita a verificação e instalação das últimas atualizações de todas as ferramentas e drivers disponíveis pelo fabricante e do Sistema Operacional (Windows). Deverá ser capaz de monitorar o sistema, realizar diagnósticos, emitir alertas e ajudar a reparar erros do sistema, ajudando assim a manter a saúde e segurança do sistema;

d) Os equipamentos adquiridos deverão estar configurados com o perfil utilizado na Universidade Federal da Bahia, como por exemplo: fundo de tela, drivers de impressora, configurações de internet, etc; Este processo se dará da seguinte forma: um servidor da Universidade deverá preparar uma única máquina “modelo” com este perfil. Posteriormente, a empresa vencedora deverá replicar este modelo para todas as outras máquinas, obedecendo ao licenciamento “MICROSOFT OEM PROFESSIONAL” do software Windows. Após a criação da máquina modelo (conforme perfil), deverá ser gerado um CD de recuperação, de forma que se consiga facilmente a restauração de todo o sistema em caso de falha (um CD por máquina) ou oferecer a opção de restauração através de partição do HD do equipamento.

8. GARANTIA

a) Os equipamentos devem possuir garantia por um período mínimo de 36 (trinta e seis) meses.

b) A contratada deve possuir central de atendimento tipo (0800) para abertura dos chamados de garantia, comprometendo-se a manter registros dos mesmos constando a descrição do problema, com atendimento disponível de segunda a sexta, das 08h às 18h.

c) Coleta de informações, verificação de peças com folgas ou quaisquer outros procedimentos que exijam a abertura dos equipamentos, ficará a cargo exclusivamente do Credenciado ou Fabricante.

d) O equipamento ofertado deverá possuir código de identificação único para a abertura dos chamados;

e) Durante o prazo de garantia será substituída sem ônus para a contratante, a parte ou peça defeituosa, salvo quando o defeito for provocado por uso inadequado dos equipamentos.

f) O prazo máximo para atendimento deverá ser em até 2 dias úteis após a abertura do chamado junto à contratada e concluídos em até 4 dias úteis após a abertura do chamado.

g) Para os defeitos não críticos, que não impliquem a impossibilidade de operação normal do equipamento, o prazo máximo para o reparo será de, no máximo, 7 (sete) dias úteis.

h) Se o problema não for resolvido dentro do prazo máximo estabelecido nos itens (f, g acima), o equipamento deverá ser integralmente substituído, sem ônus adicional para a UFBA, por outro de qualidade e desempenho equivalente ou superior.

i) Decorridos os prazos estipulados, sem o atendimento devido, fica a UFBA autorizada a contratar os serviços de suporte técnico de outra empresa e cobrar da licitante contratada os custos respectivos, sem que tal fato acarrete qualquer perda da garantia dos equipamentos ofertados.

j) Caso haja necessidade de reparação dos equipamentos ou componentes nas instalações do fornecedor, os custos e a documentação necessária de envio dos mesmos ao fornecedor e devolução à Universidade, devidamente reparados, serão de total responsabilidade do fornecedor.

k) A garantia deverá contemplar defeitos de hardware e de todos os softwares vendidos junto com a solução.

l) A garantia deverá ser prestada pelo fabricante do equipamento ou empresa prestadora de serviços de assistência técnica devidamente credenciada pelo mesmo através de carta, que deverá ser fornecida no ato da

apresentação da proposta.
m) A garantia deverá ser do tipo:
iv. Diagnóstico inicial durante a abertura do chamado;
v. Diagnóstico geral e resolução de problemas on-site por um técnico especializado de serviço no local especificado pelo órgão;
vi. Assistência no local com substituição de peças (se necessário) de acordo com a garantia contratada do equipamento (após a conclusão da resolução de problemas no local).
n) O atendimento será das 08h às 18h, de segunda a sexta-feira.
o) Esta modalidade de cobertura de garantia deverá, obrigatoriamente, entrar em vigor a partir da data de atesto da respectiva nota fiscal dos equipamentos fornecidos.
p) No caso do licitante não ser o próprio fabricante do equipamento, ele deverá apresentar declaração /certificado do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui os 36 meses de garantia solicitado;
q) Os equipamentos, componentes, ou peças de reposição utilizadas na manutenção corretiva deverão ser novos e de primeiro uso.

9. CERTIFICAÇÕES

a) O equipamento (marca e modelo) deverá constar no "Windows catalog" da Microsoft na categoria "hardware - personal computers – business desktop systems" como "Designed for Windows", na mesma versão do Sistema Operacional que será entregue com o equipamento;
b) O modelo ofertado deverá estar em conformidade com ROHS (restriction of hazardous substances);
c) O modelo ofertado deverá estar em conformidade com o weee (resíduos de equipamentos elétricos e eletrônicos);
d) O modelo ofertado devera possuir certificação mínima EPEAT, em qualquer nível, (comprovado através do link www.epeat.net) ou certificação emita por ógão nacional ABNT ou Inmetro;
e) Deverá ser compatível com Energy Star 6.1 ou superior ou certificação em consonância com a Portaria 170 INMETRO, comprovando que o equipamento atinge as exigências para o melhor aproveitamento de uso de energia elétrica. Essa característica deverá ser comprovada pela listagem do equipamento no sitio http://www.energystar.gov ou certificado emitido pelo órgão;
f) Deverá ser apresentada cópia do atestado de conformidade, emitido por um órgão credenciado pelo inmetro ou por um laboratório internacional comprovando que o modelo ofertado está em conformidade com as normas iec60950, IEC 61000, CISPR 22 ou 32 e CISPR 24;
g) Apresentar atestado de conformidade rohs, (european union restriction of hazardous substances);
h) Apresentar atestado de conformidade epeat ou similar nacional, em qualquer nível, para a segurança do usuário contra incidentes elétricos e combustão dos materiais elétricos e que os resíduos materiais deste equipamento agridam o meio ambiente;
i) O fabricante do equipamento deverá fazer parte da Green Eletron, entidade gestora para logística reversa de produtos eletroeletrônicos, idealizada pela Abinee ou similar nacional a exemplo do Certificado ABNT para Logística Reversa de Resíduos de Equipamentos Eletroeletrônicos (REEE), podendo ser através de contrato com terceiros;

MICROCOMPUTADOR LAPTOP BÁSICO

A. RESUMO:

Item	Descrição
14	Microcomputador Laptop Básico **com** Windows

15	Microcomputador Laptop Básico **com** Windows - 25% ME/EPP

B. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

1. PROCESSADOR

a) a) Processador com clock speed base de no mínimo 1.2ghz e clock speed em modo turbo de no mínimo 4GHz; memória cache L3 de no mínimo 10MB e 06 (seis) núcleos reais de processamento ou superior, com suporte a criptografia AES;

b) Atingir índice de, no mínimo, 12.000 pontos para o desempenho, tendo como referência a base de dados Passmark CPU Mark disponível no site http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php.

c) O processador deve fazer parte da linha mais recente do fabricante do mesmo.

2. BIOS

a) Desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento, ou em regime de OEM ou ter direitos copyright sobre essa BIOS. O fabricante do computador deverá possuir livre direito de edição sobre a mesma, garantindo assim adaptabilidade do conjunto adquirido, comprovados através de atestados fornecidos pelo fabricante do equipamento;

b) O fabricante do equipamento deverá prover em seu site da internet todas as atualizações de bios devendo a aplicação permitir atualização online por meio do sistema operacional Microsoft Windows 11 professional;

c) A BIOS deve possuir o número de série do equipamento e campo editável que permita inserir identificação customizada podendo ser consultada por software de gerenciamento, como número de patrimônio por exemplo;

d) Deve suportar ACPI (Advanced Configuration and Power Management Interface);

e) Deve suportar a tecnologia Trusted Plataform Module 2.0 (TPM);

f) Deve possuir opção para desabilitar componentes de drive e de entrada e saída do equipamento como áudio, webcam e microfone;

g) Deve possuir gerenciamento térmico;

h) Suporte a atualizações de BIOS dentro do DOS (Flashbin) e do Windows, além de recuperações de falhas;

i) Com possibilidade de configuração de senhas no Setup a três níveis, administrador, HD e usuário, que controlem acesso ao boot do Sistema Operacional e ao próprio SETUP;

j) Setup com suporte a língua Portuguesa e/ou inglesa;

k) BIOS desenvolvida pelo fabricante em conformidade com a especificação UEFI 2.1 (http://www.uefi. org); O fabricante deve possuir compatibilidade com o padrão UEFI comprovada através do site http://www. uefi.org/members, na categoria membros;

l) Dispor de ferramenta de diagnóstico de saúde do hardware, com execução de testes independente do estado /versão sistema operacional. A ferramenta deve ser acessada durante o POST do equipamento e apresentar tela gráfica para acompanhamento dos testes, facilitando assim a análise do usuário.

3. CHIPSET E PLACA MÃE

a) O chipset deve ser da mesma marca do fabricante do processador;

b) Possuir 2 (dois) slots de memória com suporte a DDR4 3200MHz ou superior;

c) Placa mãe da mesma marca do fabricante do equipamento ou em regime de OEM, não serão aceitas placas de livre comercialização no mercado;

d) Deve possuir tecnologia de monitoramento térmico;

4. MEMÓRIA

a) Possuir 2 (dois) slots de memória DDR4 ou superior;

b) Memória: possuir 8gb DDR4 ou superior de no mínimo 3200MHz;

c) A memória poderá ser soldada na placa, desde que possua, no mínimo, um slot livre para expansão;

d) Suporte de memória para no mínimo 16GB.

5. ARMAZENAMENTO

a) Disco SSD 256GB do tipo NVMe M.2;

b) Suporte às tecnologias s.m.a.r.t (self-monitoring, analysis and reporting technology).

6. OUTROS

a) a) Vídeo: integrado a placa mãe ou ao processador podendo atingir o mínimo de 1.7GB compartilhado de forma dinâmica ou predefinida;

b) Monitor: padrão tft lcd ou led widescreen, tamanho mínimo de 14 polegadas, resolução Full HD mínima de 1920x1080 pixels e consumo máximo de 3.4W;

c) Interfaces de entrada/saída:

i. 01 (um) conector mini hdmi ou hdmi 19 pinos;

ii. 01 (um) conector de microfone/fone de ouvido/ auto-falante estéreo;

iii. 03 (três) conectores USB, sendo 02 (dois) compatíveis com USB 3.2 ou superior;

iv. 01 (um) leitor de cartão de memória microSD. Integrado ao gabinete ou através de adaptador USB;

v. 01 (um) conector padrão rj-45 integrado interface de rede gigabit ethernet velocidade 10/100/1000mbits;

vi. Rede integrada wireless IEEE 802.11 ax;

vii. Wireless Bluetooth 4.1 ou superior;

viii. Webcam integrada ao gabinete;

ix. Microfone integrado ao gabinete;

d) Gabinete:

i. Ser testado de acordo com, pelo menos, algum teste da norma MIL-STD 810G e/ou H, assegurando a durabilidade em situações de uso do dia-a-dia;

ii. Entrada, integrada ao chassi, para cabo de segurança;

iii. Deve possuir no mínimo 02 (dois) alto-falantes interno com potência máxima total suportada de, no mínimo, 2 Watt por canal;

iv. Altura máxima, com bateria instalada, de 2.4cm;

e) Áudio: som estéreo integrado compatível com o padrão hd;

f) Bateria: mínimo de 40Whr de lítio-íon, polímero ou prismática; a garantia da bateria deve ser de, no mínimo, 12 (doze) meses;

g) Alimentação: fonte ac externa de no mínimo 45 w (3 pinos) 100-240v seleção automática de tensão, acompanhada do seu respectivo cabo de alimentação ;

Teclado e touch-pad: Teclado Teclado no idioma português com "ç" ou ABNT2;

h) Segurança: Chip TPM 2.0, fazendo parte do processo fabril do equipamento, acompanhado de software para utilização do chip;

i) Características físicas: peso máximo 2,1 kg com bateria;

j) Capa: acompanhar maleta ou capa protetora para transporte, resistente a riscos e arranhões, compatível com o tamanho do equipamento – do mesmo fabricante do equipamento ou OEM;

k) Mouse: acompanhar mouse wireless ou Bluetooth, ergonômico, com no mínimo de 3 botões, com velocidade de, no mínimo, 1.000dpi, do mesmo fabricante do equipamento ou em regime de OEM, com garantia mínima de 01 ano e pilhas inclusas;

l) Suporte de drivers: todos os drivers para os sistemas operacionais suportados, inclusive atualizações de firmware, devem estar disponíveis para download na web site do fabricante do equipamento sem necessidade de qualquer identificação do usuário, e devem ser facilmente localizados e identificados pelo modelo do equipamento ou código do produto conforme etiqueta permanente afixada no gabinete;

m) Deverá possuir gravação a laser do logotipo da Instituição (frase ou figura) no chassi do equipamento(O logotipo a ser gravado no equipamento deverá ter tamanho entre 22x35mm e 30x47.7mm, de forma que seja melhor visualizado.).

7. SOFTWARES

a) Todos os drivers da placa-mãe, das controladoras, dos adaptadores e outros dispositivos que se fizerem necessários para a instalação, configuração e operação do equipamento no Microsoft Windows 11, deverão ser entregues em mídia eletrônica ou disponibilizados para download na Internet;

b) Os equipamentos ofertados deverão possuir software e recursos de segurança com modulo TPM, que

deverá ter as seguintes funções:

i. Possuir capacidade de interação com o módulo TPM, possibilitando a utilização de todos os recursos de segurança, criptografia e gerenciamento da solução;

ii. Suportar todos os módulos de autenticação do Windows ou via outros mecanismos de identificação, como leitor de impressões digitais e Smart Cards;

iii. Possuir solução de gerenciamento de senhas, possibilitando armazenar com segurança todas as senhas dos usuários, permitindo acesso seguro e rápido aos aplicativos e informações protegidas integradas ao TPM;

c) Deverá ser fornecido instalado ou disponibilizar na Internet software do próprio fabricante ou homologado para o mesmo que permita a verificação e instalação das últimas atualizações de todas as ferramentas e drivers disponíveis pelo fabricante e do Sistema Operacional (Windows). Deverá ser capaz de monitorar o sistema, realizar diagnósticos, emitir alertas e ajudar a reparar erros do sistema, ajudando assim a manter a saúde e segurança do sistema;

d) Os equipamentos adquiridos deverão estar configurados com o perfil utilizado na Universidade Federal da Bahia, como por exemplo: fundo de tela, drivers de impressora, configurações de internet, etc; Este processo se dará da seguinte forma: um servidor da Universidade deverá preparar uma única máquina “modelo” com este perfil. Posteriormente, a empresa vencedora deverá replicar este modelo para todas as outras máquinas, obedecendo ao licenciamento “MICROSOFT OEM PROFESSIONAL” do software Windows. Após a criação da máquina modelo (conforme perfil), deverá ser gerado um CD de recuperação, de forma que se consiga facilmente a restauração de todo o sistema em caso de falha (um CD por máquina) ou oferecer a opção de restauração através de partição do HD do equipamento.

8. GARANTIA

a) Os equipamentos devem possuir garantia por um período mínimo de 36 (trinta e seis) meses.

b) A contratada deve possuir central de atendimento tipo (0800) para abertura dos chamados de garantia, comprometendo-se a manter registros dos mesmos constando a descrição do problema, com atendimento disponível de segunda a sexta, das 08h às 18h.

c) Coleta de informações, verificação de peças com folgas ou quaisquer outros procedimentos que exijam a abertura dos equipamentos, ficará a cargo exclusivamente do Credenciado ou Fabricante.

d) O equipamento ofertado deverá possuir código de identificação único para a abertura dos chamados;

e) Durante o prazo de garantia será substituída sem ônus para a contratante, a parte ou peça defeituosa, salvo quando o defeito for provocado por uso inadequado dos equipamentos.

f) O prazo máximo para atendimento deverá ser em até 2 dias úteis após a abertura do chamado junto à contratada e concluídos em até 4 dias úteis após a abertura do chamado.

g) Para os defeitos não críticos, que não impliquem a impossibilidade de operação normal do equipamento, o prazo máximo para o reparo será de, no máximo, 7 (sete) dias úteis.

h) Se o problema não for resolvido dentro do prazo máximo estabelecido nos itens (f e g) acima, o equipamento deverá ser integralmente substituído, sem ônus adicional para a UFBA, por outro de qualidade e desempenho equivalente ou superior.

i) Decorridos os prazos estipulados, sem o atendimento devido, fica a UFBA autorizada a contratar os serviços de suporte técnico de outra empresa e cobrar da licitante contratada os custos respectivos, sem que tal fato acarrete qualquer perda da garantia dos equipamentos ofertados.

j) Caso haja necessidade de reparação dos equipamentos ou componentes nas instalações do fornecedor, os custos e a documentação necessária de envio dos mesmos ao fornecedor e devolução à Universidade, devidamente reparados, serão de total responsabilidade do fornecedor.

k) A garantia deverá contemplar defeitos de hardware e de todos os softwares vendidos junto com a solução.

l) A garantia deverá ser prestada pelo fabricante do equipamento ou empresa prestadora de serviços de assistência técnica devidamente credenciada pelo mesmo através de carta, que deverá ser fornecida no ato da apresentação da proposta.

m) A garantia deverá ser do tipo:

i. Diagnóstico inicial durante a abertura do chamado;

ii. Diagnóstico geral e resolução de problemas on-site por um técnico especializado de serviço no local especificado pelo órgão;

iii. Assistência no local com substituição de peças (se necessário) de acordo com a garantia contratada do

equipamento (após a conclusão da resolução de problemas no local).
n) O atendimento será das 08h às 18h, de segunda a sexta-feira.
o) Esta modalidade de cobertura de garantia deverá, obrigatoriamente, entrar em vigor a partir da data de atesto da respectiva nota fiscal dos equipamentos fornecidos.
p) No caso do licitante não ser o próprio fabricante do equipamento, ele deverá apresentar declaração /certificado do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui os 36 meses de garantia solicitado;
q) Os equipamentos, componentes, ou peças de reposição utilizadas na manutenção corretiva deverão ser novos e de primeiro uso.

9. CERTIFICAÇÕES

a) O equipamento (marca e modelo) deverá constar no "Windows catalog" da Microsoft na categoria "hardware - personal computers – business desktop systems" como "Designed for Windows", na mesma versão do Sistema Operacional que será entregue com o equipamento;
b) O modelo ofertado deverá estar em conformidade com ROHS (restriction of hazardous substances);
c) O modelo ofertado deverá estar em conformidade com o weee (resíduos de equipamentos elétricos e eletrônicos);

d) O modelo ofertado devera possuir certificação mínima EPEAT, em qualquer nível, (comprovado através do link www.epeat.net) ou certificação emita por ógão nacional ABNT ou Inmetro;
e) Deverá ser compatível com Energy Star 6.1 ou superior ou certificação em consonância com a Portaria 170 INMETRO, comprovando que o equipamento atinge as exigências para o melhor aproveitamento de uso de energia elétrica. Essa característica deverá ser comprovada pela listagem do equipamento no sitio http://www.energystar.gov ou certificado emitido pelo órgão;
f) Deverá ser apresentada cópia do atestado de conformidade, emitido por um órgão credenciado pelo inmetro ou por um laboratório internacional comprovando que o modelo ofertado está em conformidade com as normas iec60950, IEC 61000, CISPR 22 ou 32 e CISPR 24;
g) Apresentar atestado de conformidade rohs, (european union restriction of hazardous substances);
h) Apresentar atestado de conformidade epeat ou similar nacional, em qualquer nível, para a segurança do usuário contra incidentes elétricos e combustão dos materiais elétricos e que os resíduos materiais deste equipamento agridam o meio ambiente;
i) O fabricante do equipamento deverá fazer parte da Green Eletron, entidade gestora para logística reversa de produtos eletroeletrônicos, idealizada pela Abinee ou similar nacional a exemplo do Certificado ABNT para Logística Reversa de Resíduos de Equipamentos Eletroeletrônicos (REEE), podendo ser através de contrato com terceiros;

MICROCOMPUTADORES ALL IN ONE E LAPTOP COM CONFIGURAÇÕES DIFERENCIADAS

A) REQUISITOS COMPLEMENTARES:

Os requisitos descritos em seguida são exigidos para os itens 06,07,16 e 17 (ALL IN ONE e MACBOOK).

1) Prazo de Garantia: O Prazo de Garantia dos equipamentos será de 12 (doze) meses, a partir do Recebimento Definitivo do equipamento.
2) Instalações / Assistência Técnica: As condições de instalações e assistência técnica são definidas das seguintes formas:
a) Os equipamentos devem ser entregues com o sistema operacional instalado em sua última versão.
b) Todos os drivers para os sistemas operacionais suportados, inclusive atualizações de firmware, devem estar disponíveis para download na web site do fabricante do equipamento sem necessidade de qualquer identificação do usuário, e devem ser facilmente localizados e identificados pelo modelo do equipamento ou código do produto conforme etiqueta permanente afixada no gabinete.
c) Todos os itens deverão acompanhar fonte e/ou cabo de alimentação no padrão NBR 14136, não sendo aceito o uso de adaptadores.

3) Declarações: Os seguintes documentos e declarações deverão ser apresentados pela licitante vencedora, sob pena de desclassificação. Cada declaração/atestado deve ser impressa em papel com logotipo da empresa /órgão emissor, conter a respectiva razão social, o CNPJ, o endereço completo e os dados para contato da pessoa que está assinando:
a) Independentemente de os serviços de assistência técnica ser prestados pelo fabricante ou pelo distribuidor dos equipamentos, a empresa licitante deverá emitir uma declaração assumindo inteira responsabilidade sobre o cumprimento dos prazos e condições de garantia dos equipamentos que estão estabelecidas neste Termo de Referência.

4) Considerações Gerais:
a) Os equipamentos ofertados (gabinete, teclado, mouse e monitor) devem ter gradações neutras das cores e manter o padrão de cor e ser do mesmo fabricante.
b) Todos os produtos fornecidos devem ser novos e de primeiro uso e deverão ser entregues com os respectivos certificados de garantia, emitidos pelo fabricante.
c) Não será aceito equipamento que não atenda fielmente às especificações técnicas solicitadas, exceto com configurações superiores.
d) Os produtos deverão ser homologados pela Anatel, inclusive marcados com a identificação da homologação, conforme formatos e exceções previstos no item 5 do Anexo ao Ato nº 4088, de 31 de julho de 2020. (https://informacoes.anatel.gov.br/legislacao/atos-de-certificacao-de-produtos/2020/1451-ato-4088#art4).

5) Da proposta

a) Durante a fase de aceitação da proposta e após comunicado formal, feito através do Portal de Compras do Governo Federal, a empresa licitante terá o prazo máximo estipulado pelo pregoeiro, para fornecer os seguintes documentos, sob pena de desclassificação:
i Proposta de fornecimento, com valor e descrição detalhada do item, incluindo fabricante, modelo e Part Number;
ii Declaração assumindo inteira responsabilidade sobre o cumprimento dos prazos e condições de garantia dos equipamentos estabelecidos neste Termo de Referência;
iii Manuais técnicos e/ou folders com especificações técnicas dos itens;
iv A não entrega da proposta conforme solicitado implica a imediata DESCLASSIFICAÇÃO da empresa licitante.

B) CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

Nesta seção são definidas as exigências e as especificações técnicas mínimas para cada um dos equipamentos definidos nos itens 06 e 07.

ITENS 06 e 07: MICROCOMPUTADOR ALL IN ONE, IMAC, TELA: 24 POL

Nesta seção são definidas as exigências e as especificações técnicas mínimas exigidas para este equipamento.
1) Interfaces:
a) Duas portas Thunderbolt / USB 4 compatíveis com:
b) DisplayPort
c) Thunderbolt 3 (até 40 Gb/s)
d) USB 4 (até 40 Gb/s)
e) USB 3.1 Gen 2 (até 10 Gb/s)
f) Thunderbolt 2, HDMI, DVI e VGA usando adaptadores (incluídos)

2) Teclado: Magic Keyboard com Touch ID e teclado numérico;

3) Mouse Óptico: Magic Mouse;

Software: Todo microcomputador fornecido deve vir instalado com o software Mac OS X com versão mais atual. Deve vir acompanhado com o conjunto de software que normalmente são fornecidos com este tipo de equipamento (com iTunes, Time Machine, Quick Look, Spaces, Spotlight, Dashboard, Mail, iChat, Safari, Agenda, QuickTime, iCal, DVD Player, Photo Booth, Final Cut Pro, Front Row, Xcode Developer Tools, iPhoto, iMovie, iDVD, iWeb, GarageBand).

4) Unidade Central (CPU):

Microprocessador	Chip M3 da Apple CPU de 8 núcleos (4 de desempenho e 4 de eficiência) • GPU de 8 núcleos Traçado de raios acelerados por hardware Neural Engine de 16 núcleos 100 GB/s de largura de banda da memória.
Compatibilidade	**Equipamento deve ser da marca/modelo Apple iMAC ou outro totalmente compatível com as mesmas características técnicas e de softwares deste edital**
Web Cam	FaceTime HD de 1080p com processador de imagem
Memória	Mínimo 8 GB DDR4 2133 MHz
Armazenamento	SSD 256 GB
Part number	MQR93BZ/A **-** iMac prateado

5) Monitor:

Tela de 24 polegadas (na diagonal), Retina 4.5K de 24 polegadas, resolução de 4480 x 2520 com 218 pixels por polegada e suporte a um bilhão de cores, 500 nits de brilha, ampla tonalidade de cores (P3), tecnologia True Tone. (Tamanho real da tela na diagonal é de 23,5 pol.).

ITENS 16 e 17: MICROCOMPUTADOR LAPTOP MAC BOOK PRO 14

Nesta seção são definidas as exigências e as especificações técnicas mínimas exigidas para este equipamento.

1) Interfaces:

a) Som: Altifa¬lantes estéreo com grande amplitude dinâmica, som estéreo amplo, compatível com Dolby Atmos, três microfones com qualidade de estúdio e tecnologia beamforming direcional, saída para auscultadores de 3,5 mm, entrada e saída combinada de fone de ouvido.

b) Wireless: Rede wireless Wi Fi 6 802.11ax, compatível com IEEE 802.11a/b/g/n/ac;

c) Duas portas Thunderbolt/USB 4 compatíveis com: Carregamento, DisplayPort, Thunderbolt 3 (até 40 Gb /s), USB 3.1 de 2.ª geração (até 10 Gb/s), Auscultadores

d) Rede wireless Wi**-**Fi 6 802.11ax

2) Teclado e Trackpad: Magic Keyboard retroiluminado com: 78 (EUA) ou 79 (ISO) teclas, incluindo 12 teclas de função no mesmo tamanho das alfanuméricas e quatro teclas de direção com disposição de “T” invertido, Touch ID, Sensor de luz ambiente, Trackpad Force Touch para controle preciso do cursor e sensores

de pressão. Possibilita toques fortes, aceleradores, traço sensível à pressão e gestos Multi-Touch;
3) Display: Tela Liquid Retina XDR de 14,2 polegadas (na diagonal)1; resolução nativa de 3024 x 1964 a 254 pixels por polegada;
4) Software: VoiceOver, Zoom, Aumentar contraste, Reduzir movimento, Controlo de manípulos, Legendas descritivas, Sintetizador de voz. Apps integradas: Fotografias, iMovie, GarageBand, Pages, Numbers, Keynote, Siri, Safari, Mail, FaceTime, Mensagens, Mapas, Bolsa, Casa, Dictafone, Notas, Calendário, Contactos, Lembretes, Photo Booth, Final Cut Pro, Pré-visualização, Música, Podcasts, TV, Livros, App Store, Time Machine, Encontrar.
5) Bateria: M3, Até 22 horas de reprodução de vídeo no app Apple TV, Até 15 horas de navegação em rede sem fio, Bateria de polímero de lítio de 70 watts/hora3, Adaptador de energia USB C de 70W,Cabo de USB C para MagSafe 3,Compatível com recarga rápida com adaptador de energia USB C de 96W;
6) Peso máximo: Peso (M3): 1,55 kg7.
7) Unidade Central (CPU):

Microprocessador	• Chip M3 da Apple com CPU de 8 núcleos, GPU de 10 núcleos e Neural Engine de 16 núcleos ou outro processador com desempenho comprovadamente superior
Compatibilidade	**Equipamento deve ser da marca/modelo Apple MacBook PRO 13 ou outro totalmente compatível e com as mesmas características técnicas e de softwares deste edital**
Web Cam	Câmera FaceTime HD de 1080p
Memória	8 GB DDR 4
Disco rígido	SSD de 512 GB
Part number	MTL73BZ/A - Cinza-espacial

WORKSTATION

A. RESUMO:

Item	Descrição
18	Workstation
19	Workstation - 25% ME/EPP

B. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

1. DESEMPENHO

a) Atingir pontuação mínima de 30.000 pontos conforme lista de processadores no link http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php;

b) O equipamento deverá possuir todos os componentes e características técnicas especificadas no Edital e anexos, sendo aceitos componentes e especificações superiores;

c) Não serão admitidos configurações e ajustes que impliquem o funcionamento do equipamento fora as condições normais recomendadas pelo fabricante do equipamento ou dos componentes, tais como, alterações de frequência de clock (overclock), características de disco ou de memória, e drivers não recomendados pelo fabricante do equipamento.

2. PROCESSADOR

a) Arquitetura 64 bits, com extensões de virtualização e instruções SSE3;

b) O processador deve possuir 20 (vinte) núcleos reais e suportar 28 (vinte oito) threads ou superior. Deve possuir clock mínimo de 2.1 GHz;

c) Mínimo de 25MB de cache; TDP de até 219W;

d) Sistema de dissipação de calor dimensionado para a perfeita refrigeração do processador, considerando que este esteja operando em sua capacidade máxima, pelo período de 8 horas diárias consecutivas, em ambiente não refrigerado;

e) Deve suportar instruções AES e memória ECC.

3. PLACA PRINCIPAL

a) Placa projetada pelo próprio fabricante do equipamento;

b) Suportar 128 GB de memória DDR5 com velocidade mínima de 4400 MHz ECC com 4 slots de expansão com suporte a Dual Channel;

c) Deverá possuir 3 (três) slots livres tipo PCI-E, sendo um do tipo PCI Express 16X. A controladora de vídeo do tipo off board deverá ser obrigatoriamente do tipo PCI Express 16X 3.0. Nesta hipótese o equipamento deverá possuir 2 (duas) interfaces PCI-E livres;

d) Deve possuir chip de segurança TPM integrada versão mínima 1.2, possibilitando a utilização de todos os recursos de segurança e criptografia, através de software desenvolvido ou homologado pelo fabricante ou em regime de OEM com gerenciamento remoto e centralizado;

e) No mínimo 03 (três) portas SATA 3.0, com suporte a RAID 0 e 1;

f) Deve suportar tecnologia de gerenciamento remoto DASH 1.2 ou superior;

g) Possuir ao menos 1 (um) SLOT padrão M.2 compatível com disco SSD.

4. BIOS (Basic Input/Output System)

a) Tipo Flash Memory, utilizando memória não volátil e reprogramável, e compatível com os padrões ACPI 2.0 e Plug-and-Play;

b) Lançado a partir de 2022 e entregue na versão mais atual disponibilizada pelo fabricante;

c) Possuir senhas de Setup para Power On, Administrador e Disco;

d) Permitir a inserção de código de identificação do equipamento dentro do próprio BIOS (número do patrimônio e número de série);

e) Suporte à tecnologia de previsão/contingenciamento de falhas de disco rígido S.M.A.R.T habilitada;

f) Deve ser do mesmo fabricante do equipamento ou desenvolvida especificamente para o projeto. A comprovação do desenvolvimento exclusivo para o projeto deverá ser feita por meio de declaração fornecida pelo fabricante do BIOS com direitos de copyrigth de livre edição, dispensável no outro caso;

g) Software embarcado no BIOS com Funções de diagnóstico de problemas, e gerenciamento com as seguintes características:

g1) Permitir o teste do equipamento, com independência do sistema operacional instalado, o software de diagnóstico deve ser capaz de ser executado (inicializado) a partir da UEFI (Unified Extensible Firmware Interface) ou do Firmware do equipamento através do acionamento de tecla função (F1...F12).

g2) O software de diagnóstico deverá ser capaz de informar, através de tela gráfica controlável por teclado e

mouse o fabricante e modelo do equipamento; processador; memória RAM; firmware do equipamento; capacidade do disco rígido;
h) Deve possuir, acessível através do BIOS ou no boot do equipamento, ferramenta integrada para apagar os dados do disco rígido de forma segura, não permitindo que sejam recuperados através de ferramentas de recuperação de dados (data Recovery), deve estar em conformidade e estar aprovado de acordo com algum padrão internacional de segurança, de forma que não danifique a unidade de armazenamento durante o processo de limpeza dos dados do dispositivo;
i) O BIOS deve estar em conformidade com a normativa NIST 800-147 ou ISO/IEC 19678, baseado nos padrões de mercado de maneira a usar métodos de criptografia robusta para verificar a integridade do BIOS antes de passar o controle de execução a mesma. Caso não esteja em conformidade com a norma NIST/ISO /IEC deve atender às seguintes funcionalidades no mínimo:
i1) Mecanismo de reparo automático utilizando cópia segura no próprio hardware;
i2) Capacidade de verificar integridade durante a utilização do equipamento;
i3) Verificação de imagens confiáveis com criptografia robusta para execução de códigos de atualização com impedimento de rootkits, vírus e malwares; e
i4) Gravação de log de eventos acessíveis pelo BIOS, Sistema Operacional, e Software de Gerenciamento.

5. MEMÓRIA RAM

a) Memória RAM tipo DDR5- 4400 MHz ECC ou superior, com no mínimo 32 (trinta e dois) Gigabytes;
b) Suporte para 128 GB de memória DDR5 com velocidade mínima de 4400 MHz ECC .

6. CONTROLADORA DE VÍDEO

a) Controladora de vídeo off-board com memória de 16 GB GDDR6;
b) Suporte para até 4 monitores, com no mínimo três conectores Mini DisplayPort, DisplayPort ou HDMI. Caso os conectores não sejam DisplayPort, deverão ser fornecidos adaptadores;
c) Barramento PCIe x16 3.0;
d) Suportar, no mínimo, DirectX 12 e OpenGL 4.6;
e) Deve possuir processamento CUDA de no mínimo 6.000 núcleos ou com desempenho superior comprovador pelo fabricante;
f) Largura de banda de memória mínima de 448GB/s ou com desempenho superior comprovador pelo fabricante;

7. INTERFACES

a) Controladora de Rede integrada à placa mãe com velocidade de 10/100/1000 Mbits/s, padrões Ethernet, Fast-Ethernet e Gigabit Ethernet, autosense, full-duplex, plug-and-play, configurável totalmente por software, com conector padrão RJ-45 e função wakeon-lan em funcionamento e suporte a múltiplas VLANS. Não serão aceitas placas de redes externas (off board);
b) Controladora de som com conectores para entrada e saída na parte frontal do gabinete, sendo aceitos no formato combo;
c) No mínimo 10 (dez) interfaces USB, sendo pelo menos 4 (quatro) no padrão 3.2 tipo A e 1 (uma) USB 3.2 Tipo- C sem a utilização de hubs ou adaptadores, com possibilidade de desativação das portas através do BIOS do sistema.

8. ARMAZENAMENTO

a) Unidade de disco tipo SSD NVME de 256GB para instalação do Sistema Operacional;
b) Unidade de disco rígido secundária interna de capacidade de armazenamento de 2TB (Dois Terabytes), interface tipo Serial ATA, velocidade de rotação de 7.200 RPM ou configuração superior;
c) Suporte às tecnologias S.M.A.R.T (Self-Monitoring, Analysis and Reporting Technology) e NCQ (Native Command Queuing).

9. GABINETE

a) Do tipo Torre;

b) Sistema de monitoramento de temperatura controlada pelo BIOS, adequado ao processador, fonte e demais componentes internos ao gabinete. O fluxo do ar interno deve seguir as orientações do fabricante do microprocessador;
c) Botão liga/desliga e indicadores de atividade da unidade de disco rígido e do computador ligado (power-on) na parte frontal do gabinete;
d) Deve permitir a abertura do equipamento e a troca de componentes internos (disco rígido, memórias) sem a utilização de ferramentas (Tool Less), com exceção apenas para placas de expansão do tipo M.2, não sendo aceitas quaisquer adaptações sobre o gabinete original. Não serão aceitos parafusos recartilhados, desde que seja projeto original do fabricante do gabinete;
e) Acabamento interno composto de superfícies não cortantes;
f) O gabinete deverá possuir um conector de encaixe para o cabo de segurança do tipo alça ou parafuso para inserção da trava de segurança sem adaptações;
g) Deverá ser fornecido autofalante interno ao gabinete capaz de reproduzir os sons gerados pelo sistema. O mesmo deverá estar conectado diretamente a placa-mãe, sem uso de adaptadores;
h) Deverá possuir sensor de intrusão capaz de gravar no BIOS logs de abertura, mesmo quando não desconectado da rede elétrica.

10. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA:
a) Fonte interna de Alimentação para corrente alternada com tensões de entrada de 100 a 240 VAC (+/-10%), 50-60Hz, com ajuste automático;
b) Conector Plug do cabo de alimentação com 2 ou 3 pinos, encaixável em tomada padrão NBR-14136;
c) Potência mínima de 500 watts e Potência máxima de 1.000Watts, capaz de suportar a configuração solicitada do equipamento;
d) Deve possuir eficiência energética de 90% quando em 50% da carga de trabalho;
e) O modelo de fonte fornecido deve estar cadastrado no site www.80plus.com na categoria Silver ou superior;
f) Possuir baixo nível de ruído conforme NBR 10152 ou ISO 7779 ou equivalente.

11. UNIDADE DE MÍDIA ÓTICA
a) Unidade de DVD±RW dual-layer interna, compatível com DVD+R (gravação de 8x), DVD-R (gravação de 8x), DVD+RW (gravação de 8x), DVD-RW (gravação de 6x), CD-R (leitura de 24x), CD-RW (gravação de 10x) e DVD (leitura de 8x) ou configuração superior;
b) Interface tipo Serial ATA ou superior;
c) Luz indicadora de leitura e botão de ejeção na parte frontal da unidade;
d) Deve possuir trava para a mídia para o caso de posicionamento vertical da unidade;
e) Deve possuir mecanismo na parte frontal da unidade que possibilite a ejeção de emergência em caso de travamento de mídia ótica na unidade.

12. TECLADO
a) 12.1. Padrão AT do tipo estendido de 107 teclas, com todos os caracteres da língua portuguesa e inclinação ajustável;
b) Padrão ABNT-2 e conector compatível com a interface para teclado fornecida para o desktop;
c) Regulação de altura e inclinação do teclado;
d) No caso de fornecimento de teclas de desligamento, hibernação e espera, as mesmas devem vir na parte superior do teclado;
e) Deve possuir impressa a logomarca do fabricante do microcomputador.

13. MOUSE
a) Tecnologia óptica, de conformação ambidestra, com botões esquerdo, direito e central próprio para rolagem;
b) Resolução mínima de 800 (oitocentos) DPI ou superior, conector compatível com a interface para mouse fornecido para o desktop;
c) Mouse com fio sem o uso de adaptadores;
d) Deve possuir impressa a logomarca do fabricante do microcomputador;
e) Deve ser fornecido mousepad.

14. SOFTWARE, DOCUMENTAÇÃO E GERENCIAMENTO:

f) Licença por unidade entregue com todos os recursos para garantir atualizações de segurança gratuitas durante todo o prazo de garantia estabelecida pelo fornecedor de hardware, do sistema operacional Microsoft Windows 11 Professional 64 bits ou versão superior;

g) O sistema operacional deverá ser fornecido no idioma Português BR instalado e em pleno funcionamento, acompanhado de mídias de instalação e recuperação do sistema e de todos os seus drivers, podendo ser disponilizado no site do fabricante, além da documentação técnica em português necessária à instalação e operação do equipamento;

h) Fornecer mídias externas (DVDs) contendo os drivers e o sistema operacional ou a imagem do disco rígido com o sistema operacional e drivers já instalados ou disponibilizar link aberto no site do fabricante para download destes;

i) Deverá possuir, integrado à placa-mãe do computador (on-board), sem adaptações, subsistema de segurança TPM (trustes plataform module) compatível com a norma TPM Specification Version 1.2 especificada pelo TCG (Trusted Computing Group). Deverá ser fornecido software que permite a implementação desta função com gerenciamento remoto e centralizado;

15. COMPATIBILIDADE:

n) Compatibilidade com EPEAT na categoria Silver, comprovada através de atestados ou certidões que comprovem que o equipamento é aderente ao padrão de sustentabilidade EPEAT, emitido por instituto credenciado junto ao INMETRO. Será admitida como comprovação também a indicação que o equipamento consta no site https://epeat.net/search-computers-and-displays na categoria Silver para o País de origem dos equipamentos a serem fornecidos;

o) O equipamento ofertado deverá constar no Microsoft Windows Catalog. A comprovação da compatibilidade será efetuada pela apresentação do documento Hardware Compatibility Test Report emitido especificamente para o modelo no sistema operacional ofertado, em https://partner.microsoft.com/en-us /dashboard/hardware/search/cpl;

p) O equipamento deverá possuir certificação de compatibilidade com a norma IEC 60950 ou similar emitida por instituição acreditada pelo INMETRO ou declaração de conformidade do fabricante do equipamento, desde que o fabricante possua laboratório acreditado pelo INMETRO ou acreditado por programa internacional de acreditação reconhecido pelo INMETRO;

q) O equipamento deverá apresentar compatibilidade eletromagnética e de radiofrequência IEC 61000 ou similar comprovado através de certificado ou relatório de avaliação de conformidade emitido por órgão credenciado pelo INMETRO ou declaração de conformidade do fabricante do equipamento, desde que o fabricante possua laboratório acreditado pelo INMETRO ou acreditado por programa internacional de acreditação reconhecido pelo INMETRO;

r) Todos os dispositivos de hardware, além de seus drivers deverão ser compatíveis com os sistemas operacionais Windows e Linux, na distribuição especificada;

s) Compatibilidade com o padrão DMI 2.0 (Desktop Management Interface) ou mais recente da DMTF (Desktop Management Task Force).

16. OUTROS REQUISITOS:

a) Todos os equipamentos ofertados (gabinete, monitor, teclado e mouse) devem possuir gradações neutras das cores preta ou cinza, e manter o padrão de cor;

b) Deverá ser apresentado prospecto com as características técnicas de todos os componentes do equipamento, como placa principal, processador, memória, interface de rede, fonte de alimentação, bateria, disco rígido, unidade leitora de mídia óptica, mouse, teclado e vídeo, incluindo especificação de marca, modelo, e outros elementos que de forma inequívoca identifiquem e comprovem as configurações cotadas, possíveis expansões e upgrades, através de certificados, manuais técnicos, folders e demais literaturas técnicas editadas pelos fabricantes. Serão aceitas cópias das especificações obtidas em sítios dos fabricantes na Internet, em que constem o respectivo endereço eletrônico. A escolha do material a ser utilizado fica a critério do proponente;

c) Todos os cabos e conectores necessários ao funcionamento dos equipamentos deverão ser fornecidos, com comprimento de 1,5m (um metro de cinquenta centímetros). Cabos de conexão à rede elétrica deverão seguir o padrão NBR-14136;

d) Deverá ser fornecido adaptador de fonte elétrica no padrão novo (fêmea – NBR 14136) para o padrão antigo (macho – 2P+T);
e) As unidades do equipamento deverão ser entregues devidamente acondicionadas em embalagens individuais adequadas, que utilizem preferencialmente materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e a armazenagem;
f) Nenhum dos equipamentos e acessórios fornecidos poderá conter substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), sendo que para efeitos de avaliação das amostras e aceitação do produto deverá ser fornecido certificação emitida por instituição credenciada pelo INMETRO, sendo aceito ainda, a comprovação deste requisito por intermédio da certificação EPEAT, desde que esta apresente explicitamente tal informação;
g) Possuir recurso disponibilizado via web, site do próprio fabricante (informar URL para comprovação), que permita verificar a garantia do equipamento através da inserção do seu número de série;
h) A contratante poderá abrir o equipamento e substituir componentes internos, como memória, disco rígido, processador, etc, sem perda da garantia;
i) Deverão ser fornecidos manuais técnicos do usuário e de referência contendo todas as informações sobre os produtos com as instruções com fotos ou imagens ilustrativas, para orientações técnicas de como remover e recolocar as peças externas e internas do modelo do equipamento. Comprovar com o envio dos manuais, na forma digital, junto a proposta comercial ou apresentar link ativo do site do fabricante;
j) Todos os componentes dos equipamentos devem ser do próprio fabricante ou estar em conformidade com a política de garantia do mesmo, não sendo permitida a integração de itens de terceiros que possam acarretar perda parcial da garantia ou não realização da manutenção técnica pelo próprio fabricante quando solicitada;
k) Apresentação obrigatória de publicações oficiais que venham a comprovar efetivamente o conjunto de especificações exigidas, sob pena de desclassificação na falta destas;
l) Deverá ser apresentada declaração informando que os produtos ofertados não estarão fora de linha de fabricação, pelo menos, nos próximos 90 (noventa) dias;
m) O fabricante do equipamento deverá fazer parte da Green Eletron, entidade gestora para logística reversa de produtos eletroeletrônicos, idealizada pela Abinee ou similar nacional a exemplo do Certificado ABNT para Logística Reversa de Resíduos de Equipamentos Eletroeletrônicos (REEE), podendo ser através de contrato com terceiros";
n) O fabricante do equipamento deve ser "Regular Member" ou "Full Member" da RBA Foundation (Responsible Business Alliance), podendo ser comprovado pelo site: http://www.responsiblebusiness.org/about /members/;

17. GARANTIA ON SITE:

a) A solução para Workstation proposta (gabinete e demais componentes) deverá possuir garantia do Fabricante de 36 (trinta e seis) meses, para reposição de peças, mão de obra e atendimento no local, contada a partir do recebimento definitivo do equipamento, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante;
b) O licitante deverá descrever, em sua proposta, os termos da garantia adicional oferecida pelo fabricante bem como fazer constar as assistências técnicas credenciadas e autorizadas a prestar o serviço de garantia em todo Estado da Bahia e nas regiões dos órgãos participantes da licitação.

MONITOR

RESUMO:

Item	Descrição
20	Monitor para Computador com Interatividade da Tela

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

Tela:

Tamanho mínimo 23POL;

Tipo De Tela: Led IPS;

Formato Tela: Widescreen;

Qualidade De Imagem: Resolução 4 K (3840x2160);

Interatividade Da Tela: Sensível Ao Toque;

Com Ajustes De Regulagem;

Alimentação: Bivolt;

Garantia On Site: 36 MESES.

MONITOR

RESUMO:

Item	Descrição
21	Monitor para Computador

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

Tela:

Tamanho mínimo 26POL;

Formato Tela UltraWide;

Resolução Full HD 21:9 (2560x1080);

Painel IPS com sRGB 99% E HDR 10;

Conectividade 2(duas) HDMI ou 2(duas) Display Port ou 1(uma) HDMI e 1(uma) Display Port;

Saída para fone de ouvido (somente som);

Ajuste com Inclinação;

Alimentação Bivolt;

Garantia On Site 12 Meses.

SWITCHES

Item	Descrição
22	Roteador LP

RESUMO:

1. **Especificações:**

Arquitetura: ARM 64 bits
CPU: AL73400
Contagem de núcleos da CPU: 16
Frequência nominal da CPU: 2000 MHz
Modelo de chip de comutação: 98DX3255
Dimensões: 443 x 199 x 44 mm
Licença RouterOS: 6
Tamanho da RAM: 16 GB
Tamanho do armazenamento: 128 MB
Tipo de armazenamento: NAND
Tempo médio de produção (MTBF): Aproximadamente 200.000 horas a 25 °C
Temperatura ambiente testada: -20°C a 60°C
Aceleração de hardware IPsec: Sim

2. **Alimentando**

Número de entradas CA: 2
Faixa de entrada CA: 100-240
Frequência (Hz): 47-63
Consumo máximo de energia: 83 W
Consumo máximo de energia sem acessórios: 60 W
Tipo de resfriamento: 4 fãs

3. **Ethernet**

Portas Ethernet 10/100/1000: 13

4 .**Fibra**
Portas SFP+10GbE: 4

5. **Periféricos**

Porta serial do console: RJ45
Número de slots M.2: 1

6. **Outro**

Monitor de temperatura da CPU: Sim
Monitor de temperatura de PCB: Sim
Monitor de Voltagem: Sim
Botão de modo: Sim

7. **Certificação e Aprovações**
Certificação: CE, EAC, ROHS

8. **Garantia**

12 Meses

Item	Descrição
23	Switch de Acesso - 24 Portas Gerenciável
24	Switch de Acesso - 24 Portas Gerenciável - 25% ME/EPP

RESUMO:

Switch GigabitEthernet com capacidade de operação em camada 3 do modelo OSI;
Instalação em gabinete de 19" (dezenove polegadas);
LEDs de identificação de atividades de status do sistema, de cada porta e de alimentação;
Fonte de alimentação AC de 100/240 V, 60 Hz, com chaveamento automático;
Possuir altura de no máximo 1 RU;
Deve ser fornecido com 24 (vinte e quatro) portas 1000Base-T para conexão de cabos de par metálico UTP com conector RJ-45, Auto-negotiation forspeed and flow control;
Auto MDI/MDIX;
Deve ser fornecido com 2 slots para conexão de transceivers SFP/SFP+ para fibras ópticas multimodo e monomodo com velocidade de 1GbE/10GbE. 2 portas 10 Gbit/s (SFP+ ou 10GbE metálica – RJ-45);
Estas portas devem ser de uso simultâneo com as portas 1000Base-T, com total de portas 28 portas físicas para uso simultâneo;
Deve possuir porta de console frontal para total gerenciamento local, com conector RS-232 ou RJ-45 ou USB;
Capacidade do backplane switching: 128 Gbit/s;
Capacidade de processamento de pacotes (padrão do tamanho do pacote: 64 bytes): 95 mpps;
Gerência: CLI, todas as funções do switch deverão ser configuradas via linha de comando (full CLI);
Tabela MAC addresses: 8000 endereços;
Flash memory: 256 Mbytes;
CPU memory: 512 Mbytes;
Packet buffer memory: 1.5 Mbytes;
Implementar a configuração de no mínimo 2000 (duas mil) VLANs IDs;
Implementar a configuração de no mínimo 250 (duzentos e cinquenta e cinco);
VLANs ativas simultaneamente;
IPv4 routing: 16 rotas staticas; 16 IP interfaces;
Garantia: 36 meses.

TABLETS

RESUMO:

Item	Descrição
25	Tablet 10 A 11"
26	Tablet 10 A 11" - ME/EPP 25%

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

1. Tela

Tamanho mínimo de 11".
Tela capacitiva Multi-toque.
Resolução mínima de 1920 x 1080 pixels.

2. Processador

Tecnologia com velocidade mínima de 2.2 Ghz Octa core ou superior.

3. Memória:

Mínimo de 4 GB de memória RAM.
Mínimo de 64 GB de memória de armazenamento interna.
Expansão com cartão de memória microSD de 128GB.

5. Interface de Rede:

Deve ser integrada ao equipamento e compatível com os protocolos TCP/IP.
Interface de Rede sem fio compatível com os protocolos TCP/IP e no mínimo com os padrões IEEE 802.11b/g /n/ac.
Possuir compartimento interno para cartão de conexão 5G.
Interface de Tecnologia 5G que seja compatível com as bandas de frequência utilizadas por operadoras de Telecomunicações que oferecem este tipo serviço no mercado nacional.

6. Localização:

AGPS/GPS integrado.

7. Sensor:

Acelerômetro, Giroscópio, Sensor de Luz (Auto-Brightness). Selo Anatel.

8. Câmera:

Câmera frontal de, no mínimo, 5 Megapixels;
Câmera traseira de, no mínimo, 8 Megapixels.

9. Entradas e Saídas:

Interface Bluetooth 4.0;
Saída P2 para fone de ouvido.

10. Software:

Deverá ser entregue com o Sistema Operacional Android 11.0 ou versão superior, previamente instalado em português.

11. Acessórios - Deverá ser entregue no mínimo com:

Manual em português.
Carregador da bateria.
Cabo USB.
Capa protetora para transporte do equipamento.
Película de proteção de vidro instalada, e que adeque perfeitamente a toda extensão da tela;
Bateria de no mínimo de 7040 mAh.

12. Homologação:

O equipamento deverá ser homologado pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

TRANSCEIVER

Item	Descrição
03	Cabo Rede Computador (DAC-QSFP-40G)
27	Transceiver Ótico Tipo 2 (SFP+ 10GE-LR)

RESUMO: Item 03

1. **Especificações:**

Cabo DAC-QSFP-40G;

Cabo de cobre de conexão direta qsfp + compatível com Huawei;
Cabo de cobre Quad Small Form-factor Pluggable Plus (QSFP+);
Montagem de cabo de cobre passivo;
Velocidade de linha de 41,2 Gbit/seg;
Distância operacional mínimo de 1 metro;
Raio de curvatura: 35 mm
Folga mínima para roteamento de cabos e raio de curvatura mínimo
Folga mínima para roteamento de cabos: 75 mm
Raio de curvatura mínimo: 50 mm
Tensão de alimentação 3,3V;
Consumo de energia (por extremidade): máximo 1,5W;
Compatível com switch Huawei S5732-H48S6Q.

2. **Garantia:**

Garantia mínima de 12 meses

RESUMO: Item 27

1. **Especificações:**

Transceiver Ótico Tipo 2: (SFP+ 10GE-LR)
Distância de até 10Km - Monomodo, comprimento de onda de 1310nm, conector tipo LC Duplex.
Compatível com switch Huawei S5732-H48S6Q.

2. **Garantia:**

Garantia mínima de 12 meses

12. Anexo D

ANEXO D

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE:

CNPJ:

ENDEREÇO:

PESSOA DE CONTATO:

TELEFONE/ FAX/ E-MAIL:

VALIDADE:

Item	Descrição do Bem	Código CATMAT	Qtd	Fabricante e Modelo	Preço Unitário	Total
1						
2						
3						
4						

5						
6						
7						
8						
9						
10						
11						
12						
13						
14						
15						
16						

13. Classificação nos Termos da Lei nº 12527

13.1. Em atenção ao disposto no Art. 10 da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 81/2022, no que tange à necessidade de classificação nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, avalia-se que os documentos pertencentes ao presente processo licitatório não se enquadram como sigilosos. Assim, as informações nele contidas não necessitam de classificação e estarão disponíveis para consulta tão logo que o Edital seja publicado.

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

LEONARDO JORDAO DE CARVALHO

Membro da Equipe de Planejamento da contratação

MAURICIO BATISTA CARVALHO

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

LIZ SILVA PIRES

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

WAGNER MIRANDA GOMES

Autoridade competente

VANINHA VIEIRA DOS SANTOS

Autoridade Máxima da Área de TIC

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ADENDO-02 - Termo de Compromisso.pdf (166.29 KB)
- Anexo II - ADENDO-03 - Termo de Ciencia e Manutencao de Sigilo.pdf (30.08 KB)
- Anexo III - ANEXO C - TABELA COMPROBATORIA.xlsx (110.51 KB)